



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXIX — Nº 53

QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1974

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 73ª SESSÃO, EM 22 DE MAIO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— *Submetendo ao Senado nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 182/74 (nº 243/74, na origem), referente a escolha do Senhor Everaldo Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

— *De agradecimento de remessa de autógrafos de decretos legislativos:*

Nº 183/74 (nº 245/74, na origem), referente aos Decretos Legislativos nºs 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42 do corrente ano.

— *De agradecimento de comunicação referente a escolha de nome indicado para cargos cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal:*

— Nº 184/74 (nº 246/74, na origem), referente à escolha dos Senhores Celso Antônio de Souza e Silva e Paulo Padilha Vidal, para exercerem as funções de Embaixadores do Brasil junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e junto à Organização dos Estados Americanos, respectivamente.

1.2.2 — Offícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— *Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/74 (nº 1.870-B/74, na origem), que fixa os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências.

— *Comunicando a sanção e enviando autógrafo do seguinte projeto:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 19/74 (nº 1.728/74, na origem), que dispõe sobre a disponibilidade e aposentadoria dos membros da magistratura federal, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.044, de 14 de maio de 1974.)

1.2.3 — Pareceres

— *Referentes às seguintes matérias:*

— Projeto de Resolução nº 23/71, que suspende a execução do Decreto-lei nº 1.030, de 21-10-69, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 2 de dezembro de 1970.

— Projeto de Resolução nº 17/74, que suspende o art. 67 da Lei do Estado de Goiás nº 7.250, de 21-11-68, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, aos 27 de setembro de 1973. (Redação final.)

— Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18/72 (nº 2.504-C/65, na origem), que suprime a alínea "b" do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. (Redação do vencido para o turno suplementar.)

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 44/74, lido anteriormente.

— Recebimento do Ofício nº S/18/74, do Governador do Estado de Pernambuco, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contrair, através do Departamento Estadual de Poços Açudagem, operação de financiamento externo, com a República Socialista da Romênia, no valor que especifica, para atender às necessidades previstas no Programa de Ação Coordenada, do Governo do Estado.

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 82/73, que dispõe sobre o quadro "B" de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, e dá outras providências, considerado rejeitado em virtude de ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO — Estudo autorizado pelo Presidente da República referente à remuneração dos vereadores.

SENADOR DANTON JOBIM — Aduzindo novas considerações sobre a fusão dos Estados da Guanabara-Rio de Janeiro.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

SENADOR FRANCO MONTORO — Necessidade do cumprimento, pelo INPS, da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que dispõe sobre os reajustamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pela Previdência Social, a partir da vigência do novo salário-mínimo.

SENADOR MILTON CABRAL — Política Habitacional Brasileira. Medidas anunciadas pelo Ministro do Interior e pela Diretoria do BNH referentes a esse Setor.

1.2.6 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 52/74, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, que modifica a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 76/74, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, de transcrição nos Anais do Senado do editorial "Grandeza da Fusão", publicado no jornal "O Globo", em 18 de maio de 1974.

— Nº 77/74, de autoria do Senador Virgílio Távora, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 34/74 (nº 1.794-B/74, na origem), que cria, na Justiça do Trabalho da 5ª Região, as 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 31/74 (nº 1.736-B/74, na origem), que cria, na Justiça do Trabalho da 2ª Região, a Junta de Conciliação e Julgamento de Suzano, no Estado de São Paulo. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro. À sanção.

— Projeto de Lei da Câmara nº 34/74 (nº 1.794-B/74, na origem), que cria, na Justiça do Trabalho da 5ª Região, as 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia. **Aprovado**, nos termos do Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil. À Comissão de Redação.

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34/74, constante do segundo item da Ordem do Dia, em regime

de urgência, nos termos do Requerimento nº 77/74, lido no Expediente. **Aprovado**, em turno suplementar. À Câmara dos Deputados.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Comentários sobre a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

SENADOR AMARAL PEIXOTO — Transcurso de mais um aniversário da emancipação política do Município de Itaperuna-RJ. Abandono em que se encontra a estrada que liga Itaperuna a Campos. Revisão dos critérios da remuneração dos vereadores. Apelo recebido da Câmara Municipal de Araruama-RJ, referente a projeto de lei, de iniciativa do Deputado Etelvino Lins, determinando que as despesas com transportes e alimentação dos eleitores nos dias de pleito, sejam feitas pelo Governo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS — Funcionamento do sistema do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, como instrumento de amparo e recuperação das economias das classes média e pobre, atingidas pelos efeitos das enchentes ocorridas na região sul do Estado de Santa Catarina.

SENADOR ADALBERTO SENA — Carta recebida de vereador do Município de Xapuri-AC, de apoio a pronunciamento de S. Exª, em sessão anterior, relativa à situação dos seringueiros do Estado do Acre.

1.6 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.7 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 74ª SESSÃO, EM 22 DE MAIO DE 1974

2.1 — ABERTURA

2.1.1 — Comunicação da Presidência

Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 38/74, que altera o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — (Lei da Previdência Social), considerado rejeitado em virtude de ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

2.2 — ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 166/74 (nº 215/74, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Diplomata Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador Junto à Federação da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Daomei. **Apreciado em sessão secreta.**

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 178/74 (nº 235/74, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Doutor João Leitão de Abreu para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Rafael de Barros Monteiro Filho. **Apreciado em sessão secreta.**

2.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 71ª Sessão, realizada em 20-5-74

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ato do Presidente do IPC.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 73ª SESSÃO, EM 22 DE MAIO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Otávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 182, DE 1974 (Nº 243/74, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Everaldo Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para

exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Marrocos, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador Everaldo Dayrell de Lima, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 20 de maio de 1974. — Ernesto Geisel.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador Everaldo Dayrell de Lima.

Nascido em Serro, Estado de Minas Gerais, em 3 de janeiro de 1913. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais. Diplomado pelo Instituto Rio Branco, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1939.

Vice-Cônsul em Liverpool, 1942 a 1945.

Encarregado do Consulado em Liverpool, 1944 e 1945.

À disposição da Delegação do Brasil junto ao Comitê Executivo para Organização das Nações Unidas, Londres, 1945.

Terceiro Secretário da Embaixada em Londres, 1945.

Membro da Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Preparatória da Organização Internacional das Nações Unidas, Londres, 1945.

Promovido a Segundo Secretário, por antiguidade, 1945.

Segundo Secretário da Embaixada em Londres, 1945 a 1946.

Membro das Comissões da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, 1947.

Secretário da IX Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1949.

Segundo Secretário da Embaixada em Roma, 1950 a 1952.

Membro da Delegação do Brasil à Sessão Ordinária do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Roma, 1951.

Promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, 1952.

Primeiro Secretário da Embaixada em Roma, 1952 a 1953.

Membro da Delegação do Brasil à XI Sessão Plenária do

Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), Roma, 1952.

Primeiro Secretário da Embaixada em Buenos Aires, 1953 a 1954.

Chefe, substituto da Divisão Política, 1954, 1955 e 1956.

Título de Conselheiro, 1955.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1956.

Ministro-Conselheiro da Embaixada em Paris, 1956 a 1961.

Encarregado de Negócios em Paris, 1957, 1958, 1959, 1960 e 1961.

Delegado do Brasil à X Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Paris, 1958.

Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1962.

Inspetor Chefe das Repartições Consulares e dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO), no Canadá, México e Estados Unidos, 1962.

Delegado-Suplente à XVII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas (ONU), Nova York, 1963.

Chefe do Departamento Cultural e de Informações, 1964 a 1967.

Representante do Ministério das Relações Exteriores no Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE), 1964 a 1965.

Promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, 1964.

Delegado do Brasil à XX Sessão da Assembléia-Geral da ONU, Nova York, 1965.

Membro da Comissão de Estudo da Organização dos Serviços Culturais do Ministério das Relações Exteriores, 1967.

Embaixador em Atenas, 1967 a 1969.

Chefe da Delegação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Paris, 1970 a 1973.

Subchefe da Delegação do Brasil junto à Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Científica, Paris, 1971.

Subchefe da Delegação do Brasil à XVII Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, 1972.

O Embaixador Everaldo Dayrell de Lima, nesta data, encontra-se no exercício de suas funções de Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 15 de maio de 1974. — **Octavio Rainho Neves** — Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGENS

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DE AGRADECIMENTO DE REMESSA DE AUTÓGRAFOS DE DECRETO LEGISLATIVO:

Nº 183/74 (nº 245/74, na origem), de 20 de maio de 1974, referente aos Decretos Legislativos nºs 36, 37, 38, 39, 40, 41, e 42 do corrente ano.

DE AGRADECIMENTO DE COMUNICAÇÃO REFERENTE A ESCOLHA DE NOME INDICADO PARA CARGOS CUJO PROVIMENTO DEPENDE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO SENADO FEDERAL:

Nº 184/74 (nº 246/74, na origem), de 20 de maio de 1974, referente a escolha dos Senhores Celso Antônio de Souza e Silva e Pau-

lo Padilha Vidal, para exercerem as funções de Embaixadores do Brasil junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e junto à Organização dos Estados Americanos, respectivamente.

OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à revisão do Senado, autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1974

(nº 1.870-B/74, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fixa os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos níveis de classificação dos cargos de provimento em comissão, integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código TRT. 2º-DAS-100, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, estruturado nos termos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, correspondem os seguintes vencimentos:

Níveis	Vencimentos Mensais Cr\$
TRT.2º-DAS-4	7.880,00
TRT.2º-DAS-3	7.480,00
TRT.2º-DAS-2	6.930,00
TRT.2º-DAS-1	6.390,00

Art. 2º As diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções e as gratificações de representação, nível universitário e de retribuição pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, referentes aos cargos que integram o Grupo a que se refere esta lei, são absorvidas, em cada caso, pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

Parágrafo único. A partir da vigência dos atos individuais que incluírem os ocupantes dos cargos reclassificados ou transformados, nos cargos que integram o Grupo de que trata a presente lei, cessará para os mesmos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo, bem como de quaisquer outras que a qualquer título, venham recebendo, ressalvados apenas o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço.

Art. 3º Na implantação do plano de classificação dos cargos que deverão integrar o Grupo de que trata esta lei, poderá o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região transformar, em cargos em comissão, encargos de gabinete a que sejam inerentes atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

Art. 4º Os cargos de Assessor de Juiz, código TRT.2º-DAS-102.2, do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, são privativos de bacharéis em Direito e serão indicados pelos Magistrados junto aos quais forem servir.

Art. 5º O exercício dos cargos em comissão do Grupo de que trata esta lei é incompatível com a percepção de gratificação por serviços extraordinários e de representação de gabinete.

Art. 6º Ficam criados, no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, cinquenta e quatro cargos de Diretor de Secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento, código TRT. 2º-DAS-101.2, e um cargo de Diretor do Serviço de Distribuição dos Feitos, na sede, código TRT.2º-DAS-

101.1, cujos provimentos ficam condicionados à vacância e extinção dos correspondentes cargos efetivos de Chefe de Secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento, e de Distribuidor das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em São Paulo.

§ 1º Aos cargos isolados de provimento efetivo a que se refere este artigo correspondem os níveis de vencimentos fixados para os cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores, código TRT.2a-DAS-100, de iguais atribuições ou encargos.

§ 2º As gratificações de representação e de nível universitário e as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e as respectivas absorções, que estiverem sendo percebidas pelos ocupantes dos cargos efetivos a que se refere este artigo, serão absorvidas pelos vencimentos fixados por esta lei para os correspondentes cargos em comissão.

§ 3º A gratificação adicional por tempo de serviço dos ocupantes dos cargos efetivos a que se refere este artigo será calculada na forma do disposto no Art. 10 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 7º Ficam transformados, reclassificados e criados no Quadro Permanente da Justiça do Trabalho da Segunda Região os cargos especificados no Anexo.

Art. 8º É vedada a contratação, a qualquer título e sob qualquer forma, de serviços com pessoas físicas ou jurídicas, bem assim a utilização de colaboradores eventuais retribuídos mediante recibo, para o desempenho de atividades inerentes aos cargos integrantes do Grupo TRT.2a-DAS-100.

Art. 9º Os vencimentos fixados no Art. 1º são aplicados a partir da vigência dos atos de inclusão dos cargos no novo Grupo.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, bem como por outros recursos a esse fim destinados, na forma da legislação pertinente.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO
QUADRO PERMANENTE
GRUPO: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES
CÓDIGO: TRT.2a-DAS-100

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos ou Funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo ou Valor da Gratificação	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO	Código
1	Diretor-Geral	1-C	1	Diretor-Geral	TRT.2a-DAS-101.4
1	Secretário da Presidência	2-C	1	Secretário-Geral da Presidência	TRT.2a-DAS-101.4
1	Secretário do Tribunal Pleno	1-C	1	Secretário do Tribunal Pleno	TRT.2a-DAS-102.3
2	Diretor de Secretaria	2-C	2	Diretor de Secretaria	TRT.2a-DAS-101.3
15	Chefe de Secretaria de J.C.J.	5-C	15	Diretor de Secretaria de J.C.J.	TRT.2a-DAS-101.2
			54	*Diretor de Secretaria de J.C.J.	TRT.2a-DAS-101.2
1	Diretor de Secretaria	2-C			
1	Chefe de Gabinete	RG			
1	Assessor Chefe	RG	17	Assessor de Juiz	TRT.2a-DAS-102.2
5	Assessor	2-C			
9	Encarregado de Setor	9-C			
1	Chefe de Serviço	5-C			
2	Encarregado de Setor	9-C	8	Assessor	TRT.2a-DAS-102.1
3	Assessor	RG			
1	Secretário da Diretoria-Geral	3-C	1	Secretário da Diretoria-Geral	TRT.2a-DAS-101.1
10	Chefe de Serviço	5-C	10	Diretor de Serviço	TRT.2a-DAS-101.1
			1	*Diretor do Serviço de Distribuição dos Feitos, na Sede.	TRT.2a-DAS-101.1

Observação: Os cargos assinalados com asterisco serão providos em comissão quando vagarem e consequentemente se extinguirem os cargos efetivos de Chefe de Secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento e de Distribuidor das Juntas de Conciliação e Julgamento com sede em São Paulo.

MENSAGEM Nº 128, DE 1974, DO PODER EXECUTIVO

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o anexo projeto de lei que "fixa os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências".

Brasília, em 04 de abril de 1974. — Ernesto Geisel.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, DE 11 DE MARÇO DE 1974, DO SENHOR MINISTRO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Excelentíssimo Senhor
General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici
Digníssimo Presidente da
República Federativa do Brasil
Brasília — Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em conformidade com o art. 115, II, da Constituição, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o anteprojeto de Lei que fixa

os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, aprovado em sessão administrativa de 11 de março do ano em curso.

Na elaboração do anteprojeto foram adotadas as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, bem como atendidas as exigências determinadas pela Constituição (arts. 98 e 108, § 1º), e pela Lei Complementar nº 10, de 6 de maio de 1971. Seu texto foi previamente examinado pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), cujas observações iniciais (xerox em anexo) foram definitivamente superadas, em reunião ali efetuada no dia 8 de março passado.

As despesas decorrentes da conversão em Lei, do presente anteprojeto, serão atendidas pelos recursos a esse fim destinados, sendo absorvidas pelos novos valores de vencimentos todas as vantagens e retribuições percebidas, a qualquer título, pelos ocupantes dos cargos a serem transformados ou reclassificados, ressalvados apenas o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos do mais alto apreço e consideração. — **Homero Diniz Gonçalves**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Complementa o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 3, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, ao Procurador, aos Auditores e aos Procuradores-Adjuntos do Tribunal de Contas da União é atribuída pelo efetivo exercício em Brasília, uma diária correspondente até 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Art. 2º Aos funcionários públicos federais e autárquicos, pelo efetivo exercício em Brasília é concedida uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único. O Consultor-Geral da República, o Procurador-Geral da República, o 1º-Subprocurador da República, os Procuradores da República lotados em Brasília, bem como os Consultores-Jurídicos e os demais membros do Serviço Jurídico da União que exerçam na atual Capital da República, em caráter permanente as funções do seu cargo, também perceberão uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) de seus vencimentos.

Art. 3º No cálculo da remuneração dos Procuradores da República, lotados em Brasília, observar-se-á um limite de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o vencimento do Procurador-Geral da República, previsto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, excluídas do referido cálculo as diárias e a gratificação mensal de representação de que trata esta lei.

Art. 4º As diárias referidas nos artigos anteriores irão sendo gradual e obrigatoriamente absorvidas na razão de 30% (trinta por cento) dos aumentos ou reajustamentos dos atuais vencimentos dos beneficiados por esta lei.

§ 1º Os funcionários públicos federais e autárquicos, que venham a ser transferidos para Brasília na vigência desta lei, não poderão, em qualquer hipótese, perceber diárias superiores à parcela ainda não absorvida, no momento, das diárias já concedidas aos funcionários de igual nível de vencimentos.

§ 2º A soma mensal das diárias mencionadas nos artigos anteriores não poderá, em qualquer caso ser inferior ao total das vantagens concedidas mensalmente, até esta data, aos servidores beneficiados por esta lei, e em cujo gozo se encontrem.

Art. 5º Somente na proporção em que forem sendo absorvidas, as diárias concedidas por esta lei serão incorporadas aos proventos da inatividade.

Art. 6º Para efeito do cálculo das diárias a que se referem os arts. 1º e 2º, os vencimentos são os fixados pela lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, acrescidos dos abonos de que tratam o art. 2º letra n, da Lei nº 3.531, de 1959, e art. 93 da Lei nº 3.780, de 12 de junho de 1960, e os arts. 6º e 7º da Lei 3.826, de 23 de novembro de 1960, excluídas as gratificações ou acréscimos.

Art. 7º Suspender-se-á o pagamento da diária ao beneficiado pela presente lei que se afastar temporariamente, mesmo licenciado, do exercício de suas funções em Brasília, salvo nas hipóteses previstas nos itens I, II e III do art. 88 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Art. 8º Perderá igualmente direito ao pagamento da diária o beneficiado pela presente lei que for removido ou passar a ter exercício fora de Brasília.

Art. 9º Os Ministros do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, desde que as referidas Cortes se transfiram para Brasília, e a partir da instalação de seus trabalhos na nova Capital da República perceberão as diárias referidas no art. 1º da presente lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais do Trabalho e os demais representantes do Ministério Público das referidas Justiças que, por força de lei devam servir junto às respectivas Procuradorias-Gerais, perceberão as diárias referidas no art. 2º desta lei.

Art. 10. Aos Membros do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal e ao Juiz Presidente do Distrito Federal e ao Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília fica assegurada a percepção da diária prevista no artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no art. 2º da presente lei.

Art. 11. As disposições, efeitos e benefícios previstos nos artigos anteriores não se estenderão:

- a) aos inativos (Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955);
- b) aos Marechais (Lei nº 1.488, de 20 de dezembro de 1951);
- c) aos Membros do Conselho Nacional de Economia (Lei nº 2.696, de 14 de dezembro de 1955), enquanto não passarem a ter efetivo exercício em Brasília;
- d) aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores de Autarquias que não estejam em efetivo exercício na atual Capital da República;
- e) aos Juízes e Procuradores do Tribunal Marítimo ou a outros quaisquer servidores equiparados, para efeitos de vencimentos, a Membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público, quer da União, quer da Justiça do Distrito Federal, salvo se estiverem em efetivo exercício em Brasília.

Art. 12. A gratificação mensal de representação devida aos Presidentes dos Órgãos do Poder Judiciário e aos Membros do Ministério Público, em efetivo exercício em Brasília, será:

- I) Presidente do Supremo Tribunal Federal Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);
- II) Procurador Geral da República Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);
- III) Presidente do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral, 1º Subprocurador da República, Procurador Geral do Tribunal de Contas da União e Presidente do Tribunal do Distrito Federal e Procurador Geral da mesma Justiça, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros);
- IV) Presidente do Tribunal do Juri do Distrito Federal, Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os Presidentes do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador Geral da Justiça

do Trabalho e Procurador Geral da Justiça Militar terão direito à gratificação mensal de representação no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) desde que as referidas Cortes se transfiram para Brasília e a partir da efetiva instalação de seus trabalhos na Capital da República.

Art. 13. Vetado.

Art. 14. Aos Membros do Tribunal Superior Eleitoral escolhidos dentre os juristas, quando exerçam função pública, será assegurada a percepção de diárias, sob o mesmo critério adotado relativamente aos Magistrados integrantes desse Tribunal.

Parágrafo único. Quando a escolha recair em jurista que não exerça função pública, ser-lhe-á atribuído diária igual à mais elevada que vier a receber, nos termos desta Lei, o Membro do Tribunal que exercer função pública.

Art. 15. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial até o limite de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 16. Ficam aprovadas as diárias e ajudas de custo concedidas até esta data, a qualquer título, aos beneficiados pela presente Lei, em razão da transferência da Capital da União para o Planalto Central do País.

Art. 17. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República. — **JOÃO GOULART** — Tancredo Neves — Alfredo Nasser — Angelo Nolasco — João de Segadas Viana — San Tiago Dantas — Walther Moreira Salles — Virgílio Távora — Armando Monteiro — Antônio de Oliveira Brito — A. Franco Montoro — Clóvis M. Travassos — Souto Maior — Ulysses Guimarães — Gabriel de R. Passos.

LEI Nº 4.345, DE 26 DE JUNHO DE 1964

Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo, e dá outras providências.

Art. 10. A gratificação adicional a que se refere o artigo 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passará a ser concedida, na base de 5% (cinco por cento), por quinquênio de efetivo exercício, até 7 (sete) quinquênios.

§ 1º A gratificação quinquenal será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo estabelecido nesta Lei, bem como sobre o valor do vencimento que tenha ou venha a ter o funcionário beneficiado pelo que estabelece a Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, ou pelo que dispõe o art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954.

§ 2º O tempo de serviço público prestado anteriormente a esta Lei será computado para efeito de aplicação deste artigo, não dando direito, entretanto, à percepção de atrasados.

§ 3º O período de serviço público, apurado na forma da legislação vigente, que exceder ao quinquênio ou quinquênios devidos, será considerado para integralização de novo quinquênio.

§ 4º O direito à gratificação instituída neste artigo começa no dia imediato aquele em que o servidor completar o quinquênio, observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo.

§ 5º Sobre a gratificação de tempo de serviço de que trata este artigo, não poderão incidir quaisquer vantagens pecuniárias.

LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias federais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A classificação de cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente Lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos:

De Provimento em Comissão

I — Direção e Assessoramento Superiores.

De Provimento Efetivo

II — Pesquisa Científica e Tecnológica;

III — Diplomacia;

IV — Magistério;

V — Polícia Federal;

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização;

VII — Artesanato;

VIII — Serviços Auxiliares;

IX — Outras atividades de nível superior;

X — Outras atividades de nível médio.

Art. 3º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada Grupo, abrangendo várias atividades compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da administração cujo provimento deve ser regido pelo critério da confiança, segundo for estabelecido em regulamento.

II — Pesquisa Científica e Tecnológica: os cargos com atribuições, exclusivas ou comprovadamente principais, de pesquisa científica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente e não estejam abrangidos pela legislação do Magistério Superior.

III — Diplomacia: os cargos que se destinam a representação diplomática.

IV — Magistério: os cargos com atividades de magistério de todos os níveis de ensino.

V — Polícia Federal: os cargos com atribuições de natureza policial.

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais.

VII — Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de arte em suas várias modalidades.

VIII — Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior.

IX — Outras atividades de nível superior: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente.

X — Outras atividades de nível médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de grau médio ou habilitação equivalente.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes serão de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o artigo 10, § 7º, do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Outros Grupos, com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da Administração, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º Cada Grupo terá sua própria escala de nível a ser aprovada pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente, aos seguintes fatores:

I — importância da atividade para o desenvolvimento nacional.

II — Complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e

III — Qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

Parágrafo único. Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para nenhum efeito.

Art. 6º A ascensão e a progressão funcionais obedecerão à critério seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

Art. 7º O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta lei.

Art. 8º A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

I — a implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

III — a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 9º A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistemática prevista nesta lei, processar-se-á gradativamente considerando-se as necessidades e conveniências da Administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada Grupo, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

Art. 10. O órgão central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposta pelos Ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e autarquias, dentro das respectivas jurisdições, para aprovação mediante decreto.

§ 1º O órgão central do Sistema de Pessoal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2º Para a correta e uniforme implantação do Plano, o órgão central do Sistema de Pessoal promoverá gradativa e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

Art. 11. Para assegurar a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, haverá em cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, uma Equipe Técnica de alto nível, sob a presidência do dirigente do órgão de pessoal respectivo, com a incumbência de:

I — determinar quais os Grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o artigo 8º desta lei;

II — orientar e supervisionar os levantamentos, bem como realizar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano; e

III — manter com o órgão central do Sistema de Pessoal os contactos necessários para correta elaboração e implantação do Plano.

Parágrafo único. Os membros das Equipes de que trata este artigo serão designados pelos Ministros de Estado, dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República ou de autarquia, devendo a escolha recair em servidores que, pela sua autoridade administrativa e capacidade técnica, estejam em condições de exprimir os objetivos do Ministério, do órgão integrante da Presidência da República ou da autarquia.

Art. 12. O novo Plano de Classificação de Cargos a ser instituído em aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta lei, estabelecerá, para cada Ministério, órgão integrante da Presidência da

República ou autarquia, um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

Parágrafo único. A não-observância da norma contida neste artigo somente será permitida:

a) mediante redução equivalente em outro grupo, de modo a não haver aumento de despesas; ou b) em casos excepcionais, devidamente justificados perante o órgão central do Sistema de Pessoal, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII da Constituição e em particular, no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas não se lhes aplicando as disposições, a respeito, contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 14. O atual Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, a que se refere a Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960 e legislação posterior, é considerado extinto, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo único. À medida que for sendo implantado o novo Plano os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

Art. 15. Para efeito do disposto no Artigo 108, § 1º, da Constituição, as diretrizes estabelecidas nesta lei, inclusive o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único, se aplicarão à classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República. — EMÍLIO G. MÊDICI — Alfredo Buzaid — Adalberto de Barros Nunes — Orlando Geisel — Mario Gibson Barboza — Antônio Delfim Netto — Mário David Andreazza — L. F. Cirne Lima — Jarbas G. Passarinho — Júlio Barata — Márcio de Souza e Mello — F. Rocha Lagôa — Marcus Vinícius Pratini de Moraes — Antônio Dias Leite Júnior — João Paulo dos Reis Velloso — José Costa Cavalcanti — Hygino C. Corsetti.

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

OFÍCIO

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 126/74, de 22 de maio de 1974, comunicando a sanção e enviando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1974 (nº 1.728/74, na Casa de origem), que dispõe sobre a disponibilidade e aposentadoria dos membros da magistratura federal, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 6.044, de 14 de maio de 1974)

PARECERES

PARECER Nº 191, DE 1974 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 23, de 1971.

Relator: Senador José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 23, de 1971, que suspende a execução do Decreto-lei nº 1.030, de 21 de outubro de 1969, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 2 de dezembro de 1970.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1974. — **Carlos Lindenberg**, Presidente — **José Lindoso**, Relator — **Danton Jobim** — **Cattete Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 191, DE 1974

Redação final do Projeto de Resolução nº 23, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1974

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do Decreto-lei nº 1.030, de 21 de outubro de 1969.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do Decreto-lei nº 1.030, de 21 de outubro de 1969, declarado inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada aos 2 de dezembro de 1970, nos autos da Ação Rescisória nº 863, do Distrito Federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 192, DE 1974
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1974.

Relator: Senador Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1974, que suspende o art. 67 da Lei do Estado de Goiás nº 7.250, de 21 de novembro de 1968, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, aos 27 de setembro de 1973.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1974. — **Carlos Lindenberg**, Presidente — **Cattete Pinheiro**, Relator — **José Lindoso** — **Danton Jobim**.

ANEXO AO PARECER Nº 192, DE 1974

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1974.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1974

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 67 da Lei nº 7.250, de 21 de novembro de 1968, do Estado de Goiás.

O Senado Federal resolve:

Art. Único. É suspensa a execução do art. 67 da Lei nº 7.250, de 21 de novembro de 1968, do Estado de Goiás, declarado inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 27 de setembro de 1973, nos autos do Recurso Extraordinário nº 73.809, daquele Estado.

PARECER Nº 193, DE 1974
Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1972 (nº 2.504-C/65, na Casa de origem).

Relator: Senador Danton Jobim

A Comissão apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1972 (nº 2.504-C/65, na Casa de origem) que suprime a alínea

“b” do art. 62 das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1974. — **Carlos Lindenberg**, Presidente — **Danton Jobim**, Relator — **José Lindoso** — **Cattete Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 193, DE 1974

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1972 (nº 2.504-C/65, na Casa de origem).

Substitua-se o Projeto pelo seguinte

Suprime a alínea “b” do art. 62 das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É suprimida a alínea “b” do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º A aplicação desta lei deverá ser feita sem redução dos salários estipulados nos contratos de trabalho, em vigor até a data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Do Expediente lido consta o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1974, de iniciativa do Senhor Presidente da República, que fixa os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências.

Nos termos da alínea b do inciso II do art. 42 do Regimento Interno, a matéria receberá emendas, pelo prazo de cinco sessões ordinárias, na primeira Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado de Pernambuco, o Ofício S/18, de 1974, de 15 de março de 1974, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contrair, através do Departamento Estadual de Poços Açudagem, operação de financiamento externo, com a República Socialista da Romênia, no valor que especifica, para atender às necessidades previstas no Programa de Ação Coordenada, do Governo do Estado.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do art. 279, do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1973, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o quadro B de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil e dá outras providências, considerado rejeitado em virtude de ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, orador inscrito.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

O assunto de que vou tratar é daqueles que mereceram do Movimento Democrático Brasileiro, desde o primeiro momento, uma posição definida, uma posição certa, correta, muitas vezes criticadas, muitas vezes incompreendida mas, sem dúvida, a verdadeira.

Refiro-me à posição do Movimento Democrático Brasileiro desde que se tentou e, afinal, se conseguiu excluir a remuneração dos vereadores dos municípios brasileiros. Desde a primeira hora, o Movi-

mento Democrático Brasileiro não só se bateu por essa remuneração como incluiu esse objetivo no seu programa submetido ao Tribunal Eleitoral.

Ora, Sr. Presidente, depois de tantos anos de luta, de incompreensões e de má vontade, noticia-se que o Senhor Presidente da República, afinal, autorizou o Líder da Maioria na Câmara a estudar, com boa vontade, a remuneração dos vereadores. Esta é uma velha luta do Movimento Democrático Brasileiro e é por este motivo que aqui estou para recordá-lo, para demonstrar que nem sempre a palavra da Oposição deve ecoar em vão, que as críticas que temos formulado muitas vezes têm fundamentos sérios, merecem acolhida, se não de um Governo que passa, mas daquele outro que se debruça sobre a gravidade da situação.

O que temos visto, Sr. Presidente, no interior do Brasil, são as sucessivas cassações de vereadores, por não comparecerem às sessões ordinárias. Não comparecem inclusive porque têm de despendar dinheiro com passagens, hospedagens, para atender às convocações das suas Assembléias. Não comparecem, porque se secou a fonte do interesse pela vida pública que era a vereança municipal, de tal forma que, hoje, o Movimento Democrático Brasileiro se rejubila quando lê que o Senhor Presidente da República, afinal, atendeu a esse apelo e autorizou o estudo da matéria, e, em breve, de acordo com as rendas de cada município, os vereadores de todos os municípios, e não só os de população superior a 200.000 habitantes terão sua remuneração. É a conquista de um velho ideal, uma sofrida luta do Movimento Democrático Brasileiro que eu queria exaltar neste instante, evocando o trabalho desenvolvido desde que essa idéia de não remunerar os vereadores se tornou vitoriosa; desde esse momento, nosso Partido tomou uma posição definida a favor da remuneração. Agora, portanto, é preciso recordar essa luta, para levar uma palavra de confiança àqueles nossos companheiros, de ambos os Partidos, que, nos seus municípios, trabalham pelo interesse das respectivas comunas, iniciando a jornada, a carreira política, que é, como as demais, uma carreira. Ninguém começa, como disse recentemente, arcebispo ou major. A carreira política tem também seus degraus, e o primeiro deles é a vereança municipal. Pois este degrau estava fechado, estava impedindo que a eles chegassem os que não tinham bens materiais capazes de suprir suas necessidades! Aprovada a velha sugestão do Movimento Democrático Brasileiro, e, afinal, tornada realidade, ter-se-á retomado o caminho da carreira política, iniciando-se no primeiro degrau, que é a vereança municipal.

São estas as palavras que, embora eu não estivesse inscrito como Líder, posso traduzir em nome do Movimento Democrático Brasileiro, porque elas refletem o pensamento do Partido não só nesta Casa como na outra Casa do Congresso, e figurou expressamente nos seus estatutos, aprovados pelo Tribunal Superior Eleitoral. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

V. Exª há de me perdoar — V. Exª e os Srs. Senadores que têm a paciência de me ouvir — que eu volte a falar sobre o meu Estado e sobre aquele tema que já se vai tornando cansativo, talvez, para muitos daqueles que, como nós, radicados na Guanabara, não sentem a profundidade do golpe que se anuncia iminente contra a autonomia do nosso Estado. Tenho, invariavelmente, posto de manifesto que em nenhum momento me inspira, quando trato deste assunto, qualquer preocupação localista. Não pelo fato de haver nascido fora do Estado da Guanabara, pois para lá me transferi ainda menino, lá formei o meu espírito, lá mourejei toda uma vida de jornalista, lá me tornei tão carioca como os que mais cariocas o sejam. E, também, não por mero espírito de oposição, porque todos sabem que procuro ser tanto quanto possível isento e sereno em minhas atitudes oposicionistas, sem prejuízo da firmeza de minhas convicções.

Não estou igualmente defendendo o tabu do federalismo ou da federação, porque, embora federalista, fiel adepto da federação, considero que esta atravessa grave crise neste momento, uma hora excepcional da nossa trajetória histórica em que todas as surpresas nos são reservadas, mesmo aquelas que ferem nossa tradição constitucional em seus princípios basilares: o da federação e o da forma republicana de Governo.

Não alimento, pois, preocupações inferiores ao tratar deste assunto, e, poderia acrescentar, do meu interesse pessoal político-partidário, que, no caso, não conta, ou conta o menos possível. Minha única preocupação é ser fiel ao meu Partido, é defender o seu programa e ser leal àqueles que para aqui me mandaram, a fim de que os representasse nesta Casa do Congresso.

Todos os dias, porém, encontramos nas folhas uma plethora de assuntos referentes ao problema da fusão. Lastimavelmente essa história de fusão está-se transformando numa verdadeira novela, porque, todas as semanas, estamos esperando que desabe, sobre o Congresso, o anteprojeto governamental contendo os princípios cardeais da integração pretendida.

Se a remessa desse anteprojeto é constantemente adiada; por outro lado, devemos atribuí-lo ao fato de que o Senhor Presidente da República está consciente de suas responsabilidades, certo de que, na alta investidura que ocupa, deve preocupar-se muito com um projeto de tal relevância, preocupação afiliva, e por conseguinte, hesita em enviar para cá um trabalho de afogadilho.

Por outro lado, como não considerar que existe açodamento em procurar-se fazer a fusão neste momento, num ano cheio de dificuldades? A verdade é que os planos, os projetos existentes, as análises e os estudos de que dispunha o Governo não estavam suficientemente maduros para que se pudesse dali tirar, rapidamente, um anteprojeto que tivesse andamento veloz nas duas Casas do Congresso.

Vejo agora nos jornais, Sr. Presidente, que o Governo da Nova República Portuguesa decidiu-se pela convocação de plebiscito naqueles território hoje denominados Províncias Ultramarinas. E, desde logo, o Ministro, a que o assunto é pertinente, vem declarar de público que, se estas províncias optarem pela união a Portugal, através da Federação — é a tese do Chefe do Governo — seguirão este caminho, mas, se se decidirem pela completa independência, a terão sem demora. Ora, Sr. Presidente, é este o caminho certo. O bom senso está indicando que, em quaisquer desses casos em que se jogue com o destino de uma coletividade, de uma comunidade, de grandes grupos humanos, é necessário que haja a audiência das populações.

No caso presente, apelei para que o Governo convocasse preliminarmente um plebiscito, a fim de saber qual o real pensamento das nossas populações. Alegou-se que esse plebiscito não teria razão de ser, uma vez que a Constituição não contempla a hipótese da sua adoção no caso de criação de Estados. Ora, Srs. Senadores, a Constituição também não proíbe que se recorra a um recurso tão natural, tão lógico, tão sensato como este.

Mas, Srs. Senadores, por que insistir na tese do plebiscito? Temos a certeza de que não se quer o plebiscito exatamente porque se tem dúvidas, e dúvidas muito fundadas, de que as populações dos Estados do Rio e da Guanabara venham a aprovar a idéia da fusão.

Vamos, entretanto, encarar outro aspecto do problema, o da escolha do Governador provisório, ou interventor, do novo Estado.

Segundo os jornais, essa autoridade terá característica *sui generis*, porque será Governador de um Estado que ainda não existe, será o supremo magistrado de uma magistratura que está nos planos do Governo, mas que ainda não foi criada. Entretanto, segundo afirmam os jornais, seria esta autoridade nomeada a 3 de outubro, coincidindo, assim, com a data em que se faria a eleição dos futuros Governadores dos dois Estados a serem reunidos, como se diz agora, a fim de se evitarem certos escolhos constitucionais.

Na verdade, Sr. Presidente, o novo interventor poderá ser uma ameaça à estabilidade e à tranquilidade das situações políticas criadas em ambos os Estados; um fator de perturbação na área política

O Presidente do nosso Partido, o eminente Deputado Ulysses Guimarães, teve ocasião de dizer, ainda ontem, em São Paulo, sobre a nomeação de um interventor para o novo Estado, justamente aquela onde a Oposição tem condições de eleger o Governador — que seria, aí, o da Guanabara — que o MDB ainda tem esperanças de que o Governo do General Ernesto Geisel medite profundamente antes de tomar a decisão.

Diz o Presidente Ulysses Guimarães:

“Se o Governo deseja mesmo efetuar a fusão entre os dois Estados, deve retirar do projeto qualquer medida que possa ser interpretada como de caráter político ou de violência contra a Oposição”.

Considera mesmo, de maneira candente, que é um escândalo a nomeação desse Interventor. Leio, Sr. Presidente, aqui no *O Globo*, jornal sempre bem informado, que:

Uma alta fonte do Governo revelou que o primeiro Governador do Estado que resultará da fusão da Guanabara com o Estado do Rio, sairá dos meios políticos.

Adiantou que o nome será escolhido pelo Presidente da República, “no momento oportuno”, mas esclareceu que são reduzidas as possibilidades de a escolha recair em alguém dos chamados “setores técnicos”, ou outros.

Ora, Srs. Senadores, vê-se por aí que o interventor será político, e, se político for, evidentemente não há de ser do MDB, não há de sair das fileiras do nosso Partido, o Partido da Oposição, que detém dois terços das cadeiras na Assembléia Legislativa e contou realmente com dois terços do voto do eleitorado nas últimas eleições.

Mas, por que não fazer justiça ao Presidente Ernesto Geisel? Conhecemos a sua sensatez, sua serenidade, seu espírito de equanimidade, e acreditamos que Sua Excelência, na escolha deste interventor ou governador provisório, — se é que se vai perpetrar este absurdo, no nosso modo de ver —, se atenha aos critérios que conduzam o processo dessa intervenção, com vistas à fusão dos dois Estados, pelos caminhos mais democráticos possíveis. Não é possível que se escolha alguém de espírito faccioso para fazer política com o minúsculo Estado da Guanabara. Não acredito que o Presidente Ernesto Geisel chegue a praticar um ato destes. Não vejo nada em sua vida de soldado correto, de homem leal, de patriota preocupado com a tranquilidade do País, atento a problemas muito mais complicados do que a própria fusão, que o leve a praticar o crime de colocar no Governo Provisório do novo Estado, desse “estado” que se quer formar, mas que só estará criado a 15 de março de 1975, alguém que vá para lá fazer política de campanário, política facciosa, vamos usar a palavra certa, para fazer politicagem.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — V. Exª permite um aparte?

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) — Com prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — V. Exª poderia dizer: alguém que realizasse o milagre de subir as escadas do Palácio Guanabara sem descer as escadas do Palácio Ingá. É isso, certamente, o que o Senhor Presidente da República não fará.

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) — Na minha opinião, o Senhor Presidente da República não praticará esse ato condenável que, entretanto, vem sendo anunciado por adversários nossos no Estado da Guanabara. Creio que do mesmo modo Sua Excelência procederá em relação ao Estado do Rio de Janeiro. O Chefe do Governo levaria em conta que, também no Estado do Rio de Janeiro, evidentemente, teria que dispor de alguém que não fosse para lá apenas para dar cobertura política à ARENA fluminense. Que o interventor fosse para lá fazer a política da fusão, já que a fusão está decidida, mas jamais fosse perseguir os nossos valorosos correlégio-

nários da terra fluminense. De modo que, neste ponto, estamos com o Senador Nelson Carneiro, com o qual, aliás, temos estado sempre de acordo. Temos a impressão, também, de que essa é a opinião do eminente Senador Amaral Peixoto, que, chefe incontestado do MDB fluminense, este grande líder pode ser considerado, sem favor, uma figura consular na velha província.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — V. Exª dá licença de um aparte?

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) — Com prazer.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — O Secretário do Planejamento, Ministro João Paulo dos Reis Velloso, prestou hoje declarações que me assustaram. Eu creio que se vai criar outro grande pólo, um pólo que reunirá todo o Vale do Rio São Francisco, Minas, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Porque a preocupação de S. Exª é o pólo, são os vales. Diz S. Exª, que o núcleo industrial precisa expandir-se ao longo do Vale do Paraíba. O Vale do Paraíba envolve os Estados de São Paulo, Minas e o Estado do Rio. Seria aí uma fusão. Refere-se também ao Vale do Rio São João, que existe apenas no Estado do Rio. Se é por questão de vale, não há nenhuma razão para que o Estado da Guanabara seja anexado, seja reunido ao Estado do Rio de Janeiro. Se nós formos adotar essa política de vales, teremos então de criar um grande vale, que é o Vale do São Francisco, a reunião de todos os Estados do Vale do São Francisco, quando temos visto que, há muitos anos, desde 1934, o Governo Federal se preocupa com o Vale do São Francisco sem ter necessidade de reunir os Estados que dele fazem parte.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Em suma, o argumento não vale.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Em suma, como diz o Senador Franco Montoro, o argumento não vale. (Risos.)

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) — Sr. Presidente, os meus eminentes colegas de Bancada aí estão, como bons cironeus, ajudando-me a carregar esta cruz, que é tratar, quase todos os dias, nesta Casa, do mesmo assunto, ou seja, da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara.

Digo cruz, Sr. Presidente, porque me é profundamente doloroso verificar que é em relação aos nossos dois Estados que essa preocupação está tomando ares de verdadeira obsessão.

Sempre se falou em redivisão territorial do Brasil, sempre se procurou uma solução para o caso das unidades federativas que dispunham de vastas extensões territoriais e não poderiam desenvolver-se com seus recursos próprios e, por conseguinte, precisavam da ajuda maciça da União, o que poderia aconselhar, neste ou naquele caso, a criação de territórios que mais tarde se erigiriam em Estados.

Sempre se falou nisso. Nunca se tinha falado era em juntar à força duas unidades federativas. Mesmo porque a Constituição Federal não contempla sequer esta hipótese. O que, evidentemente, se poderá fazer — e acho muito justo que se faça — é que, ouvidas as duas unidades federativas, desde que estas estejam de pleno acordo, juntem-se seus destinos. Isso pode haver, evidentemente, isso está na natureza das coisas, que está acima de todas as Constituições.

Mas, Sr. Presidente, eu só queria fazer por hoje estas considerações, pois vejo que se esgota o meu tempo.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) — Já estávamos terminando, Sr. Senador Amaral Peixoto, mas com muito prazer continuamos na tribuna e concedemos o aparte a V. Exª.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — V. Exª tem toda a razão nas observações que está fazendo. O Governador que vai ser nomeado terá uma responsabilidade tremenda, porque governará ao mesmo tempo o atual Estado do Rio e o Estado da Guanabara e terá

de efetuar a fusão, problema quase impossível de ser atribuído a uma pessoa. Ele vai dispor de recursos arrecadados nos dois Estados e, ainda por cima, *esses recursos maciços, segundo se anuncia* — pelo menos é o que diz o Ministro do Planejamento, Sr. João Paulo dos Reis Velloso — serão colocados à disposição do Governo do novo Estado para, num passe de mágica, *transformar as regiões mais pobres dos dois Estados em regiões promissoras, em regiões ricas*. Por que, então, o Governo não fez isso sem efetuar a fusão? O saneamento da Baixada Fluminense foi feito abrangendo uma grande parte do Estado do Rio de Janeiro, mas tendo também ramificações no Estado da Guanabara, em zona que V. Ex^a conhece perfeitamente, como representante da antiga metrópole brasileira. O Meriti, o *Guandu são cursos d'água que vêm do Estado do Rio e entram na terra carioca*. Por que esta obra não continua? O saneamento do Vale do São João, que segundo se declara, será feito após a fusão, foi iniciado há 10 anos e está paralisado. Aguarda-se a fusão, então, para que o novo Governador possa realizar esse trabalho e se cobrir com as glórias do serviço. Nós desejamos que esses serviços sejam feitos, desejamos que essas obras sejam realizadas, mas não há, absolutamente, necessidade de fazer-se a fusão para que elas sejam concretizadas. V. Ex^a tem toda a razão quando chama a atenção do Presidente da República para a enorme responsabilidade que ele vai ter, quando nomear o governador do novo Estado. Nomeie um administrador. Já que esse absurdo vai ser feito, pelo menos que seja um administrador, mas não nomeie um cabo eleitoral.

O SR. DANTON JOBIM (Guanabara) — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, já não apagar das luzes do nosso improvisado discurso, mas que de qualquer maneira veio iluminá-lo, pela experiência de V. Ex^a como administrador, pelo conhecimento profundo que tem de toda essa região. E não é apenas a do Rio de Janeiro mas, também, da própria Guanabara, onde durante longo tempo residiu e que conhece tão bem através de sua família lá radicada, através de seu digno irmão, o Ministro Augusto do Amaral Peixoto, representante carioca durante tantos anos.

Esse aparte para nós foi o fecho de ouro do nosso pobre discurso. Nada teríamos a acrescentar, hoje, ao comentário breve que arriscamos sobre esse problema renitente, como disse outro dia, da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pela Previdência Social são anualmente reajustados com base no *salário-mínimo*.

Esse reajustamento vem sendo feito, entretanto, somente a partir de três meses depois da vigência do novo salário-mínimo. Os empregados em atividade começam a receber nas novas bases a partir de 1º de maio, mas os aposentados, as viúvas e os órfãos só são reajustados três meses depois.

Essa situação é injusta e desumana, porque o custo de vida sobe igualmente para todos e, de certa forma, a necessidade dos aposentados, pensionistas, viúvas, órfãos e inválidos é ainda maior. A subsistência destes depende exclusivamente dos reduzidos benefícios pagos pela Previdência Social. Por essa razão, não têm eles condições para aguardar o longo transcurso de três meses para começar a receber o aumento de suas pequenas aposentadorias e pensões.

Além disso, a partir da vigência do novo salário-mínimo, começa também a elevar-se, na mesma proporção, a arrecadação das contribuições do INPS. Não é justo que haja um critério para receber contribuições e outro para pagar benefícios.

Para corrigir essa situação temos movido permanente campanha de esclarecimento, denunciando a injustiça dessas desigualda-

des e propondo medidas concretas para sua correção. Com esse objetivo, apresentamos em 1971 ao Senado, o Projeto de Lei nº 22/71, dispondo, em síntese, que: o § 1º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social tenha a seguinte redação: — É o texto do projeto.

“§ 1º O reajustamento de que trata este artigo entrará em vigor na mesma data da vigência do novo salário-mínimo, arredondando-se o total obtido para a unidade de cruzeiros imediatamente superior.”

A maioria do Governo, combateu o Projeto que foi rejeitado e arquivado em 5-10-72 mas, posteriormente na oportunidade da discussão e votação da nova lei da Previdência Social, isto é, a lei 5.890, de 8 de junho de 1973, conseguimos ver, finalmente aprovada a medida, com a seguinte redação dada ao § 1º do citado artigo:

“§ 1º O reajustamento de que trata este artigo será devido a partir da data em que entrar em vigor o novo salário-mínimo, arredondando-se o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.”

É exatamente, Sr. Presidente, o texto do projeto que foi arquivado quando apresentado por nós, e aprovado quando enviado como mensagem do Sr. Presidente da República, dois anos depois.

De acordo com a nova lei, o INPS deverá reajustar as aposentadorias e pensões a partir de 1º de maio corrente e não três meses depois como vinha ocorrendo.

Fazemos um apelo aos órgãos da Previdência Social para que tomem, em tempo oportuno, as necessárias providências ao exato cumprimento da nova lei.

A violenta elevação do custo de vida e a situação difícil dos aposentados e de suas famílias justificam esse apelo que nos vem sendo formulado pelas organizações sindicais e pelas associações de aposentados e pensionistas de todo o País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não pode passar despercebido o novo esforço que o Governo do General Geisel ora empreende na área habitacional. A Imprensa vem noticiando a nova disposição adotada, através do Ministério do Interior, sob a direção do Sr. Maurício Rangel Reis. A entrevista que S. Ex^a deu, de que pretende sanear o sistema de financiamento das casas populares, assim como adotar medidas enérgicas de identificação dos problemas apresentados nas sociedades de crédito imobiliário e nos seus sistemas de empréstimos, merece toda a atenção deste Plenário.

Em 1972, tivemos oportunidade de falar aqui sobre a política habitacional. Naquela ocasião comentamos a importância da Lei 4.380, como um dos mais sólidos instrumentos de política econômica e social.

A repercussão de uma política habitacional na área econômica, pelo que ela representa como fonte geradora de empregos, principalmente, na mão-de-obra não especializada, na elevação da renda familiar, na maior arrecadação para o erário público, na dinamização do sistema empresarial da construção civil, materiais de construção e do mercado financeiro, o estímulo à poupança voluntária e o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano em bases permanentes.

A repercussão na área social, através do fortalecimento da família, da melhora dos costumes, da redução da tensão e dos custos sociais e na melhora das condições de saúde e de educação.

E a repercussão na área política pela maior confiança no regime instituído e na elite dirigente, diante de desafios herdados de um processo onde a improvisação era uma característica.

Passados estes últimos dois anos a experiência adquirida no Brasil vem apontar novos caminhos e com especial agrado registramos a palavra do Ministro do Interior que pretende dinamizar a política habitacional com novos matizes, com novas metas, e, certamente, pela firmeza de sua ação, nós esperamos que resultados positivos sejam alcançados.

Os problemas na área habitacional são inúmeros, mas, talvez, os mais importantes sejam aqueles situados na área de habitação popular. É exatamente para esse campo que o Ministro do Interior e a nova equipe que está administrando o Banco Nacional da Habitação voltam as suas vistas.

Diz S. Ex^a, na sua entrevista, que deseja, — como todo o Governo assim pensa — incentivar a construção de casas para as famílias de baixa renda, através das COHABs, e colocar a experiência do sistema brasileiro de poupança e empréstimo para colaborar na solução desse problema de tão grande relevância.

Diz o Sr. Ministro que "das 500 mil unidades entregues na área popular, cerca de 88%", ou cerca de 40 mil unidades, estão abandonadas.

Lembraríamos outras milhares de casas, cujos proprietários estão inadimplentes nos pagamentos das prestações. S. Ex^a ainda salienta quatro aspectos fundamentais nesta nova arrancada. Vale a pena, aqui, comentar esses quatro aspectos. O primeiro a ser destacado "diz respeito à organização interna do próprio Banco, para verificar a funcionalidade da estrutura departamental da entidade, bem como a flexibilidade de seu organograma, com vistas à simplificação das atividades administrativas e ao melhor entrosamento entre as várias carteiras.

O segundo item realçado por S. Ex^a faz referência direta ao problema habitacional, através da verificação do número exato de casas já construídas, do número de mutuários que deixaram de pagar ou que se encontram em débito, e, finalmente, o problema da qualidade das casas, o estado em que se encontram e o material empregado em sua construção. Aliás, neste sentido, as queixas são numerosas. Talvez pela precariedade de uma fiscalização, ou talvez pelo acodamento com que foram executados os projetos iniciais ou pela extensão do programa, com a construção de centenas de milhares de casas por ano, não foi possível à administração do Banco Nacional da Habitação estabelecer uma rigorosa fiscalização. É inegável que em muitos Estados, em boa parte dos conjuntos construídos, o problema da qualidade seja, de fato, uma lamentável consequência.

E, nesta hora, quando se pretende, neste País, criar uma política de controle de qualidade em todas as áreas, da nossa economia, este assunto deve merecer especial atenção.

Agora, o Governo Federal, com a instituição de uma nova entidade no Ministério da Indústria e do Comércio, exatamente encarregada de acompanhar essa questão da qualidade no País, talvez possa estabelecer efetivo controle de qualidade sobre os materiais de construção.

Outro aspecto importante destacado pelo Sr. Ministro refere-se "às situações das companhias habitacionais, seus suportes financeiros e até mesmo o caráter de idoneidade que estas apresentam como garantia aos mutuários do sistema do Banco Nacional da Habitação". Este é, também, um assunto que merece especial cuidado. Assistimos, nestes últimos anos, ao crescimento fantástico de algumas empresas ligadas à área financeira da habitação.

Não vamos, aqui, acusar ninguém, mas é de impressionar que em empresas que, há seis anos atrás, partiram praticamente da estaca zero, nesse curto espaço de tempo os seus responsáveis se ufanem de apresentar fabulosos balanços, com lucros extraordinários, alguns deles com ativos de centenas de milhões de cruzeiros, como resultado do trabalho numa área onde o interesse primordial é atender a uma questão social, que é o problema da casa popular.

O quarto assunto destacado pelo Sr. Ministro refere-se ao "diagnóstico do custo do material de construção", uma das maiores preocupações do atual Governo, para permitir uma avaliação justa dos custos das construções.

O processo inflacionário, no Brasil, não permitiu, evidentemente, congelar os preços dos materiais de construção, mas houve, e ainda há, uma defasagem entre o aumento geral dos custos, motivado pela inflação, e aqueles efetivamente observados nesses materiais. Para corrigir esse exagero é preciso, de fato, uma ação enérgica do Governo Federal. Ninguém pensa, evidentemente, em exigir uma eficiência de 100%, mas uma razoável eficiência nessa política se impõe. E só poderemos considerar um programa de habitação eficiente, quando ele puder oferecer ao nosso povo as habitações, não somente em número mas, também, em qualidade e, sobretudo, em custos favoráveis.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) — Com muito prazer, nobre Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Pediria a V. Ex^a para incorporar ao seu discurso uma observação que V. Ex^a já fez aqui, com relação ao grande problema que encontra a indústria brasileira e, singularmente, atinge também a indústria de construção civil, porque essa foi uma declaração do então Presidente do BNH, o eminente economista Rubens Costa. A nossa indústria não conseguiu, ainda, ter um sistema de padronização ou de inspeção de qualidade que contribuísse para garantir uma tranquilidade nas licitações, visando ao emprego do material para essas construções. A inspeção de qualidade — que foi objeto de um discurso de V. Ex^a e mereceu, de minha parte, a maior atenção, como de toda a Casa — é um tema importantíssimo e ainda ontem, em discurso que fizemos, aqui, sobre o problema da propaganda comercial, nós nos reportamos ao problema da inspeção da qualidade. O Ministro Pratini de Moraes, em congresso no Rio Grande do Sul, no fim do ano passado, tratou desse problema e de lá nós tivemos a reformulação do Instituto de Pesos e Medidas como o Instituto de Meteorologia, com ambições mais amplas no problema da inspeção da qualidade. Sei que a indústria de construção civil está em crise e, por isso, não endosso, em toda a extensão, a observação de V. Ex^a sobre a fabulosa riqueza dos homens que estão lidando nesse ramo. Naturalmente que as empresas privadas, exigindo a diligência, o devotamento dos seus dirigentes e, portanto, buscando lucros, essas empresas devem ter prosperado, porque não se justificaria, pelo volume de oportunidades de trabalho, a própria existência do sistema capitalista e do sistema da empresa privada. Gostaria muito de assinalar que uma das maiores dificuldades que o Sistema Financeiro de Habitação está encontrando é essa em que V. Ex^a, como engenheiro, como técnico e como político, está familiarizado: a inspeção de qualidade de material para possibilitar a garantia da qualidade em função do preço.

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) — Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Parabenizo o Sr. Ministro por vir a público e aflorar esses problemas. Verifica-se que o Governo está falando a linguagem da verdade. Nada se esconde. É o próprio responsável pela Política Habitacional que vem dizer que algumas falhas e desvios estão acontecendo, e é a própria autoridade responsável por esta Política que propõe as medidas corretivas, e, dentre essas medidas corretivas, S. Ex^a aponta, especificamente, a questão dos altos custos de financiamento. Quando me referi a certos excessos na intermediação dos financiamentos, particularizei, e não generalizei, as empresas construtoras, mas aquelas que fazem a intermediação do financiamento.

Esta, a explicação que queria dar a V. Ex^a, nobre Senador José Lindoso. Sou favorável ao lucro, porém, no que tange à habitação de caráter social, temos que exigir comedimento.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Agradeço a explicação.

O SR. MILTON CABRAL (Paraíba) — Com relação às COHABs, por exemplo, o Ministro Maurício Reis Rangel, do Interior, afirma que algumas estão funcionando a contento, e outras apresentam deficiências. Por esse motivo, S. Ex.^a já marcou, para o próximo dia 30 de maio, um encontro, na Guanabara, com os dirigentes dessas empresas estaduais. Na ocasião, serão estabelecidos novos critérios de fiscalização e de orientação do trabalho não só para essas COHABs, como também para as Cooperativas Habitacionais.

Realmente, este é campo que também precisa ser olhado. Se algumas empresas estão trabalhando a contento, conhecemos outras que, embora aparentemente estejam trabalhando bem, têm, em geral, a sua ação às Capitais dos Estados. E uma Política Habitacional não pode ser conduzida no sentido de concentração de habitações em áreas que, muitas vezes, nem possuem planos-diretores. Um dos grandes males da nossa Política Habitacional foi permitir a construção de conjuntos em cidades que não possuíam planos-diretores. O planejamento, a nível estadual e municipal, foi uma das nossas sugestões apresentadas no final de 1972. Até hoje numerosos Estados ainda não possuem suas empresas de planejamento urbano, e poucos são os grandes municípios que possuem seus planos-diretores. Não acreditamos possível possa uma Política Habitacional ser eficiente sem o atendimento desses pré-requisitos. De fato, sem planejamento urbano é muito difícil possam atingir esses conjuntos habitacionais as suas finalidades. Em algumas áreas metropolitanas, como na Guanabara, foram construídos enormes conjuntos, distantes dos locais de trabalho, sem transporte adequado e, em consequência dessa grave distorção do nosso desenvolvimento urbano, esses conjuntos não puderam ser beneficiados. Hoje, se reclamam, e acredito que há uma unanimidade dos técnicos nacionais, de que para solucionar o problema habitacional das grandes áreas metropolitanas, teremos que enfrentar, primeiramente, o problema do transporte de massa.

Outro ponto levantado em 1972, e que lamentavelmente não chegou aos ouvidos dos diretos responsáveis pela política habitacional, foi exatamente a escassez de pesquisas e de intercâmbio entre as universidades e as empresas, entre o Banco Nacional da Habitação e as Instituições de profissionais urbanistas e arquitetos, objetivando o equacionamento dos numerosos problemas concernentes. Houve, como assim dizer, uma ênfase nos aspectos econômicos e financeiros e relegados os aspectos técnicos, das construções. Hoje ainda nos ressentimos dessa falta de entrosamento.

Com relação a escassez da mão-de-obra na construção civil, no final do ano passado e princípio deste ano — e creio que ainda permanece, transformando-se numa preocupação geral — o BNH vem atuando muito bem e são numerosos os convênios realizados nos Estados, com a participação do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, para treinamento de trabalhadores. Mesmo assim, há algumas observações a fazer a esse respeito: é que esse treinamento carece, ainda, de aperfeiçoamentos e estou certo de que a experiência que está sendo obtida, agora, sirva de base para essas correções. Só acreditamos possível estabelecer uma campanha nacional de treinamento de mão-de-obra, especialmente, na área da construção civil, responsável por mais de 48% dos novos empregos no Brasil, se houver uma integração perfeita de esforços dos Governos Estaduais, Municipais e Federal.

Estou certo de que o novo Ministro do Trabalho, o Parlamentar Arnaldo Prieto, dê atenção a esse ponto importante, pois a construção civil, em todo o País, vem ressentindo-se de mão-de-obra qualificada. Isto, provavelmente, desfavorece o Programa Nacional de Habitação.

Eu queria apenas, neste pronunciamento rápido, breve e superficial, aflorar algumas questões que, há dois anos atrás, nós pudemos apresentar, neste Plenário, em discurso, que a meu ver, teve mais a forma de um estudo. Naquela ocasião, procuramos fazer uma análise profunda de tudo que foi feito no passado e das diretrizes que esta-

vam sendo adotadas nessa política. Estou vendo, agora, que alguns pontos abordados, todos relevantes, continuam presentes. Espero em outras oportunidades, voltar a debater esta questão.

Antes de encerrar, quero louvar a firme decisão do nosso Ministro do Interior e da nova Diretoria do BNH que, patrioticamente, estão levantando os problemas com muita coragem, apontando as falhas e não escondendo nada. Devo enaltecer o empenho em debater com todas as áreas interessadas: empresariais e governamentais, a fim de encontrar o melhor caminho para esta nova arrancada da política habitacional brasileira. Parabéns ao Sr. Ministro e a sua equipe. Espero que efetivamente ofereçam ao País a indispensável tranquilidade num dos setores da mais ampla repercussão econômica e social. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 1974

Modifica a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o A Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais é alterada nos artigos 1.^o e 4.^o.

I — O artigo 1.^o terá a seguinte redação:

“Art. 1.^o Os automóveis oficiais destinam-se, exclusivamente, ao serviço público.

§ 1.^o É vedada a circulação das viaturas oficiais de passageiros depois das vinte e uma (21) horas, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, domingos e feriados.

§ 2.^o São excluídos do impedimento estabelecido no parágrafo anterior os veículos da Presidência e da Vice-Presidência da República; os que servem às presidências da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Superiores da União, aos Gabinetes dos Ministros de Estado e ao Departamento Federal de Segurança Pública.

§ 3.^o Para que viatura de passageiros, de chapa oficial, não incluída na relação do parágrafo anterior, trafegue nos horários e nos dias em que estiver impedida de fazê-lo é necessário haver ordem de serviço explícita sobre o assunto, firmada por autoridade competente, em poder do motorista.

a) o responsável direto pelo carro oficial encontrado em lugar público, em dia ou hora em que estiver impedido de circular, ou prestando serviço que não se compatibilize com o fim a que é destinado, responderá pela inobservância do disposto neste artigo.

II — É suprimido no artigo 4.^o, o parágrafo único.

Art. 2.^o O Poder Executivo baixará novo regulamento, em noventa (90) dias, para a Lei nº 1.081, consideradas as alterações ora processadas no seu texto e a necessidade de unificar e dar sentido orgânico a numerosas disposições atinentes à matéria, veiculadas através de decretos, circulares, normas e portarias.

Art. 3.^o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É antigo o abuso que se verifica na utilização dos carros oficiais em nosso País. Sua evidência, todavia, é cíclica; parece ocorrer de vez em quando, um recrudescimento mais visível da prática viciosa.

Como tantos outros desajustes que ocorrem na vida brasileira, não se encontrou para esse de que falamos, até hoje, uma solução definitiva, saneadora.

As dimensões do problema são, hoje, outras. Há anos atrás, o carro particular era em nosso País privilégio de poucos e as pessoas

que em virtude dos cargos que exerciam detinham uma viatura oficial para seu uso, logo a transformavam no carro para todo o serviço da família.

Hoje, a posse do carro próprio, às vezes dois, é um fato comum e generalizado na faixa da classe média, em todo o Brasil.

Raríssimo, na atualidade, um ocupante de cargo público com direito a carro oficial que não tenha o seu automóvel e que não cumpra, anualmente, esse **ritual importado** de troca de modelos.

Mas, embora a situação seja agora esta, a maioria dos que detêm carro oficial não renunciam por nada à comodidade e à economia de se fazerem nele transportar. É bem melhor, sem dúvida, assim proceder e deixar o carro próprio na garagem, poupando gasolina e retardando a depreciação. E a família do dono do carro também pensa e procede da mesma maneira.

É um fato rotineiro, particularmente aqui em Brasília, carros oficiais estacionados nos pátios dos supermercados, ou levando crianças para o colégio, ou a passar. E sempre que constata isso, pode o contribuinte, concluir, com lógica (e, naturalmente, assim o faz) estar em face de um uso incorreto da coisa pública.

Seria uma injustiça dizer que o assunto não tem constituído velha preocupação do Executivo. Numerosas vezes as autoridades têm tentado disciplinar o uso dos carros públicos, reprimindo os abusos. Encontramos nada menos que quinze atos de diferentes categorias com essa finalidade, posteriores ao Decreto nº 28.425, de 27 de julho de 1950. Tudo em vão, como os fatos mostram.

Creio ser oportuno, por isso mesmo, tentar nova abordagem do assunto na esfera legislativa propriamente dita. E o meio que se nos afiguram mais lógico para isso é o aperfeiçoamento de um velho e esquecido diploma, com vistas a que ele ganhe mais clareza e objetividade e, sobretudo, torne necessário novo regulamento a ser baixado pelo Executivo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974 — **Vasconcelos Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.081 — DE 13 DE ABRIL DE 1950

Dispõe sobre o uso de carros oficiais.

Art. 1º Os automóveis oficiais destinam-se, exclusivamente, ao serviço público.

.....

Art. 4º É rigorosamente proibido o uso de automóveis oficiais:

- a) a chefe de serviço, ou servidor, cujas funções sejam meramente burocráticas e que não exijam transporte rápido;
- b) no transporte de família do servidor do Estado, ou pessoa estranha ao serviço público;
- c) em passeio, excursão ou trabalho estranho ao serviço público.

Parágrafo único. O Serviço de Trânsito do Departamento Federal de Segurança Pública comunicará aos órgãos competentes, referidos no art. 11 desta lei, o número da licença de automóveis que forem encontrados junto a casas de diversões, mercados e feiras públicas, ou de estabelecimentos comerciais, em excursões ou passeios aos domingos e feriados, ou ainda, após o encerramento do expediente das diversas repartições, sem ordem de serviço especial, e que conduzam pessoas estranhas, embora acompanhadas de servidor do Estado.

.....

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 76, DE 1974

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, a transcrição nos Anais do Senado do editorial "Grandeza da Fusão", publicado no jornal "O Globo", em 18 de maio de 1974.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974. — **Vasconcelos Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — De acordo com o art. 234 do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Há, ainda, outro requerimento, que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 77, DE 1974

Requeremos urgência, nos termos do art. 374, alínea "b", do Regimento, para o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974, que cria na Justiça do Trabalho da 5ª Região a 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974. — **Virgílio Távora**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Este requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 378 do Regimento Interno.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — José Esteves — Clodomir Milet — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Jessé Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Benjamin Farah — Magalhães Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1974 (nº 1.736-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria, na Justiça do Trabalho da 2ª Região, a Junta de Conciliação e Julgamento de Suzano, no Estado de São Paulo, tendo

PARECERES, sob nºs. 156 a 158, de 1974, das Comissões:

- de Serviço Público Civil,
- de Legislação Social e
- de Finanças.

Em discussão o projeto.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para discutir o projeto.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, mais uma Junta de Conciliação e Julgamento será criada na 2ª Região. Quero, ainda uma vez, voltar a esta tribuna para conclamar o Senhor Presidente da República a enviar a esta Casa um projeto que corresponda ao anseio não só das bancadas federais e estaduais do Estado de Mato Grosso, como também de todo o povo da região de Campo Grande, a mais importante cidade daquele Estado.

Agora, fala-se na divisão do Estado de Mato Grosso em dois, de modo que um deles teria como centro, como capital, a populosa, a progressista cidade de Campo Grande.

Pois, Sr. Presidente, apesar dos constantes apelos de todas as classes sociais, das bancadas da ARENA no Senado e na Câmara, porque o MDB não tem representantes federais no Estado de Mato Grosso, apesar das constantes solicitações que, atendendo a reclamos daquele município, tenho feito, o Senhor Presidente da República ainda não se dignou a enviar ao Congresso uma mensagem criando uma Junta de Conciliação e Julgamento em Campo Grande.

Estive em Campo Grande, vi a dificuldade em que se encontram os Juizes de Direito para atender ao número crescente de processos...

O Sr. Fernando Corrêa (Mato Grosso) — V. Exª dá licença para um aparte, nobre Senador?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Com muita honra.

O Sr. Fernando Corrêa (Mato Grosso) — A Bancada do Estado de Mato Grosso, em sua totalidade, há mais de seis anos vem pleiteando essa Junta de Conciliação e Julgamento em Campo Grande. Os processos vão todos para o Estado de São Paulo, daí se pode deduzir a demora nos julgamentos. Mas, a falta da Junta de Conciliação e Julgamento em Campo Grande não é absolutamente por falta de providências tomadas por toda a bancada do Estado de Mato Grosso.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Exatamente isso. V. Exª ratifica o que eu dizia. Toda a Bancada de Mato Grosso, toda ela integrada por Senadores e Deputados da ARENA...

O Sr. Fernando Corrêa (Mato Grosso) — Toda a Bancada de Mato Grosso é da ARENA, quero esclarecer a V. Exª.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — É exatamente o que eu dizia. Toda a Bancada, porque o MDB não tem representantes federais de Mato Grosso e, portanto, a Bancada é unânime da ARENA, toda a Bancada, há seis anos, como cita o Senador Fernando Corrêa, luta pela criação dessa Junta de Conciliação e Julgamento.

É, portanto, uma reivindicação insuspeita; não parte de um Senador da Oposição. Apenas estive naquela cidade por duas vezes e vi a gravidade do problema, de que tenho tratado desta tribuna.

V. Exª verá que, na Ordem do Dia de hoje, consta Projeto de iniciativa do Senhor Presidente da República criando duas Juntas de Conciliação e Julgamento para Simões Filho, município da Bahia. Depois, o próprio Senado acaba reduzindo as duas Juntas a uma só.

Quer dizer, Sua Excelência o Senhor Presidente da República tem sido mal assessorado.

Onde não há necessidade Sua Excelência sugere duas Juntas e o Senado, numa hora bem inspirada, graças à intervenção do nobre Senador Heitor Dias, reduz a Mensagem para uma única Junta de Conciliação e Julgamento. Entretanto, no Estado de Mato Grosso, na cidade mais importante e de maior população obreira, de constantes feitos judiciais, reclamando a atenção da Justiça do Trabalho, apesar de seis anos de apelos feitos pela Bancada de Mato Grosso, que é toda — como bem ressalva o Senador Corrêa da Costa, e eu havia antecipado — integrada por representantes da ARENA, até hoje, toda a Bancada de Mato Grosso não tem realizado o milagre conseguindo que os sucessivos governos atendam a essa justa reivindicação da cidade mais importante daquele Estado tão importante, que se poderia dividir em dois, como se anunciou.

Sr. Presidente, espero que o Presidente da República, medite e atenda, não aos meus apelos, mas da Bancada da ARENA, na Câmara e no Senado, na justa solicitação, que é de todos que conhecem e vivem o drama judiciário no Estado de Mato Grosso e na cidade de Campo Grande. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Continua em discussão o projeto.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-lo, vou encerrar a discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1974 (Nº 1.736-B/74, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Cria, na Justiça do Trabalho da 2ª Região, a Junta de Conciliação e Julgamento de Suzano, no Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA

Art. 1º Fica criada, na 2ª Região da Justiça do Trabalho uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Suzano, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Suzano é extensiva aos municípios de Poá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba.

Art. 2º É criado, na 2ª Região da Justiça do Trabalho, um cargo de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, a ser provido na forma da legislação em vigor.

Art. 3º Ficam criadas duas funções de Vogal, sendo uma de representante de empregadores e uma de representante de empregados, para atender a Junta criada no Art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Haverá um Suplente para cada Vogal.

Art. 4º Os mandatos dos titulares de que trata esta lei terminam simultaneamente com os das Juntas da respectiva Região, atualmente em exercício.

Art. 5º Fica criado, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho da 2ª Região, um cargo em comissão de Chefe de Secretaria, Símbolo 5-C.

Art. 6º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares da Junta de Conciliação e Julgamento, criada por esta lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitar o Tribunal Regional da 2ª Região, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes de lotação dos órgãos a que pertencerem.

§ 1º A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada de indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, com as correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2º Verificada a inexistência de servidores a serem distribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação da Junta, observado o disposto nos Arts. 98 e 108, § 1º da Constituição Federal.

Art. 7º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região providenciará a instalação da Junta ora criada.

Art. 8º A despesa para a execução desta lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) —**Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974 (nº 1.794-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria, na Justiça do Trabalho da 5ª Região, as 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia, tendo

PARECERES, sob nºs. 176 a 179, de 1974, das Comissões:

— de Serviço Público Civil, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil;

— de Legislação Social, favorável ao Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil; e

— de Finanças, favorável ao Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil.

Em discussão a matéria.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Fica prejudicado o projeto.

A matéria irá à Comissão de Redação a fim de ser redigido vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Vai-se passar à votação do Requerimento nº 77, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto constou da Ordem do Dia da presente sessão, quando, aprovado Substitutivo a ele apresentado pela Comissão de Serviço Público Civil, foi a matéria remetida à Comissão de Redação, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974 (nº 1.794-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria, na Justiça do Trabalho da 5ª Região, a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia (dependendo do parecer da Comissão de Redação).

Sobre a mesa redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974, que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 194, DE 1974**Da Comissão de Redação**

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974 (nº 1.794-B/74, na Casa de origem).

Relator: Senador José Lindoso

A Comissão apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974 (nº 1.794-B/74, na Casa de origem), que cria, na Justiça

do Trabalho da 5ª Região, a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1974. — Carlos Lindenberg, Presidente — José Lindoso, Relator — Danton Jobim — Catterete Pinheiro.

ANEXO AO PARECER Nº 194, DE 1974

Redação do vencido, para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1974 (nº 1.794-B/74, na Casa de origem).

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Cria, na Justiça do Trabalho da 5ª Região, a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada, na 5ª Região da Justiça do Trabalho, a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede no Município de Simões Filho e jurisdição sobre este município e os de Camaçari, Candeias e São Sebastião do Passé, no Estado da Bahia.

Art. 2º É criado, na 5ª Região da Justiça do Trabalho, um cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, a ser provido na forma da legislação em vigor.

Art. 3º São criadas duas funções de Vogal, sendo um representante de empregadores e um representante de empregados, para atender à Junta criada pelo art. 1º desta lei.

Parágrafo único — Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 4º Os mandatos dos titulares de que trata a presente Lei terminarão, simultaneamente, com os das Juntas da respectiva região, atualmente em funcionamento.

Art. 5º É criado, provisoriamente, no Quadro de Pessoal da Justiça do Trabalho da 5ª Região, um cargo em comissão, símbolo 5-C, de Chefe de Secretaria.

Art. 6º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares da Junta de Conciliação e Julgamento criada por esta Lei poderão ser atendidas, se assim solicitar o Tribunal da 5ª Região, mediante redistribuição com os respectivos cargos, por funcionários do Poder Executivo, que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes de lotação dos órgãos a que pertencerem.

§ 1º A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão Central do Sistema de Pessoal Civil do Poder Executivo, acompanhada de indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, com as correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2º Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação de cargos necessários à lotação da Junta, observado o disposto nos arts. 98 e 108, § 1º da Constituição Federal.

Art. 7º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região providenciará a instalação da Junta ora criada.

Art. 8º A despesa para execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Completada a instrução da matéria, vai-se passar à sua apreciação.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 319 do Regimento Interno.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres, orador inscrito.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na sessão de ontem, o brilhante e fabuloso Senador Nelson Carneiro teceu considerações sobre o momentoso tema da reunião entre os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. S. Ex^a, data vênica, deu uma de *Lux Jornal*, lendo recortes de artigos do Professor Eugênio Gudin, ou "Gudan", — Gudin, para uns, Gudan, para outros — e do Professor Bulhões, e com o traquejo parlamentar, que é marca da sua inteligência, permitiu que eu respigasse alguns dos tópicos que foram objeto da sua apreciável dissertação no Plenário.

Ora, Sr. Presidente, estou vendo que sou como que a voz escoteira, estatisticamente, na área parlamentar, estou observando o seguinte: quem está defendendo a fusão, quem luta por ela, aliás coerentemente, sou eu, sozinho, por enquanto no meu Estado. A verdade é esta: no Senado, — na Câmara Federal, parece que há um ou outro favorável — mas aqui, se dependesse de votação, eu estaria (usando uma linguagem fluminense, em termos de canavieiro) esbagado, porque se reúnem as maiores inteligências da representação do Estado do Rio para contraditar os argumentos que, modestamente, tenho procurado trazer em defesa de uma tese válida. E na minha apreciação, fiz questão de dizer reunião — aliás, creio que, daqui para frente, vamos usar a expressão reunião — dos dois Estados, pois um e outro já estão fundidos há muito tempo, pela História, pela Geografia e pela Economia. Só as barreiras da administração e da política têm impedido que o Brasil possa apresentar, no elenco da Federação, um novo Estado forte e pujante, com um pólo de desenvolvimento econômico tão necessário ao crescimento deste País.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex^a permite-nos um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Com prazer, meu Líder.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Nobre Senador, V. Ex^a está um pouco pessimista quanto ao acompanhamento que tem o problema da fusão. Semana próxima, raciocinando com dados e não apenas sobre conjecturas e hipóteses, procuraremos fixar a posição da Maioria e as razões que levaram o Senhor Presidente da República a tomar medida tão transcendente para o futuro dessa região e do Brasil. Se, até hoje, a Liderança não se tem pronunciado sobre o assunto, já tão percutido pela Minoria, foi porque se reservava para, em ocasião oportuna, argumentar, dentro daquilo que se lhe afigura justo e certo, com algarismos, razões político-econômico-financeiras.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Espero que o meu eminente *batonnier* tenha compreendido que a minha fala se restringe à área afetada, direta ou indiretamente, por esses acontecimentos que V. Ex^a abordará, com o brilho que lhe é peculiar, na próxima semana.

Eu quis esclarecer que, por enquanto, estou sozinho, mas tenho a convicção de que os eminentes Senadores do MDB da Guanabara e o meu grande amigo, a quem quero um bem imenso e, apenas, a sigla partidária nos separa, porém, assim mesmo, em relação ao Estado do Rio, estamos sempre juntos, todos esses eminentes parlamentares com assento, aqui, no Senado, venham a compreender que o passo a ser dado pelo Governo Federal, com o apoio do Congresso, é, realmente, importante para o Brasil.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Com gosto.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — V. Ex^a falou aí em reunião, mas essa será uma reunião à força. Os Estados não comparece-

rão espontaneamente à reunião: serão reunidos contra a própria vontade. Entretanto, o nobre Senador Virgílio Távora deve estar bem informado. Certamente, o famoso projeto virá na próxima semana ao Congresso e S. Ex^a já terá os dados, ou, então, S. Ex^a adivinha o que seja o projeto, que ninguém conhece. Por enquanto, ainda não se conhece a extensão do projeto, não se conhecem as verdadeiras intenções do Governo, não se conhecem os recursos econômicos de que o Governo vai dispor para enfrentar esse problema, num ano de inflação de 28% e numa hora de crise internacional que se reflete necessariamente no Brasil. Certamente o Senador Virgílio Távora já estará informado, na próxima semana, do texto desse projeto, para que possa defendê-lo dentro desse quadro; porque o fato, em si, de defender a fusão sem conhecer o projeto não será dos hábitos de S. Ex^a. S. Ex^a, é desses que gostam de examinar os dados, os fatos e não as conjecturas. As conjecturas são objeto das nossas preocupações — de V. Ex^a e minhas. Mas é da própria formação do Senador Virgílio Távora discutir sobre dados, sobre fatos. Nós dois discutimos sobre hipóteses. É o nosso hábito, a nossa característica. De modo que já parece que S. Ex^a, o Senador Virgílio Távora, tivera esta informação de que na próxima semana estará no Congresso Nacional o famoso projeto de fusão, ou — como diz V. Ex^a — de reunião de dois que não se querem reunir. Ou seja, está aí o direito de reunião que ficou vitorioso na Carta Constitucional vigente e que é esse direito de reunião que não existe: é sempre a polícia que faz a reunião.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, mas queria dizer ao meu eminente amigo e colega Senador Nelson Carneiro que, ou muito me falha a memória ou S. Ex^a, há alguns anos atrás, era partidário da fusão do antigo Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro — transformados no Estado da Guanabara num passe de mágica, quando para isso havia uma Comissão Especial no Palácio Tiradentes.

Nessa época, Sr. Presidente, eu exercia o mandato de Deputado Federal, e quem capitaneou o movimento para que houvesse a reunião a que há pouco aludi, foi exatamente o Sr. Carlos Werneck Frederico de Lacerda, Líder da União Democrática Nacional. S. Ex^a foi de bancada em bancada.

Naquela época, Sr. Presidente — se fôr contestado vamos examinar os Anais, e o nobre Senador Nelson Carneiro que gosta tanto de recorte de jornal vai ver — só houve uma voz discordante, infelizmente não podendo falar agora, porque tragicamente desaparecido: a do Deputado Menezes Cortes. Todos os Deputados Federais dos Estados do Rio e da Guanabara eram favoráveis. A Comissão se constituiu sob a inspiração do ex-Governador do Estado da Guanabara, até que a inteligência do Professor San Thiago Dantas descobriu, jurista de bolso que era, brilhante, faço questão de frisar, descobriu essa fórmula.

Sr. Presidente, sou advogado, mas fico às vezes impressionado ao verificar como há soluções jurídicas diferentes para um só caso, às vezes tão claro, tão evidente como agora no caso da fusão. Existem cinco juristas achando que a fusão pode ser feita e três ou quatro achando que não pode ser feita. Por este motivo, Sr. Presidente, não estou mais usando o anel de advogado; porque, ao sabor de acontecimentos, não se olha uma realidade de ordem econômica, geográfica e histórica, que é realmente a situação existente entre o Estado do Rio e Estado da Guanabara.

Cedo o aparte a V. Ex^a, embora cortando o que queria dizer...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Aguardamos V. Ex^a terminar.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — ... pois quero dizer ao Senador Virgílio Távora que embora velho político — velho no sentido de tempo, sempre jovem como dá demonstrações, aqui, seguidamente, da sua inteligência, da sua capacidade de atuação parlamentar ...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Bondade de V. Ex^a.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — ... naquela época S. Ex^a não estava no teatro dessas operações políticas que se desenrolavam no Palácio Tiradentes, quando da transferência da Capital para Brasília. A Comissão, eu tive a honra de presidir-la. E depois, o seu maior entusiasta, com a possibilidade surgida da criação do Estado da Guanabara — era um Líder, e para mim ainda o é, não deixou escapar a oportunidade, e hoje figura no rol dos ex-Governadores do Estado da Guanabara. Mas isso, Sr. Presidente, tem muita água debaixo dessa ponte, antes da ponte Rio-Niterói, essa ponte de fusão. Ponte de fusão da qual acompanhei tudo e estou lembrando aqui — e espero que o Senador Nelson Carneiro, com este refresco de memória, não me contradita. S. Ex^a era realmente favorável; mas sem exageros tribúncios e sem querer atritar com um homem tão inteligente a quem não só eu, mas todo o Senado e todo o Brasil admira, devo dizer que S. Ex^a, sendo notoriamente contra os tecnocratas, se vai a eles quando esses tecnocratas, como o Sr. Eugênio Gudin e o Sr. Bulhões, defendem uma situação que, no momento da oportunidade política, lhe é simpática. Ele acha, o eminente Senador Nelson Carneiro, que o Estado do Rio e a Guanabara não querem a fusão. Eu acho justamente o contrário: todos querem a fusão.

Cedo, agora, o aparte a V. Ex^a, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Vamo-nos felicitar, nobre Senador Vasconcelos Torres, porque, a par da inteligência brilhante, viva, que sempre reconhecemos no nosso colega representante pela Guanabara, encontramos agora a qualidade maior de S. Ex^a: de pitonisa, de prever o futuro. Acha S. Ex^a que na próxima semana virá aqui o projeto da fusão, deduzida esta argumentação do que há pouco afirmamos. Mas para que não fique muito vaidoso o ilustre representante guanabarinense e para que não vá entrando nessa seara de previsões, vamos apenas esclarecer. De formação técnica e militar, gostamos muito de apreciar os problemas em termos frios, e não emocionais. O problema da fusão, para que o pudéssemos discutir, já que não pertencemos à zona interessada, teríamos que dele nos inteirar, segundo proceder da nossa profissão de origem, da idéia geral de manobra, do dispositivo, da conduta do combate, das informações complementares necessárias. É isso, justamente, que estamos procurando levantar junto aos diferentes órgãos que estão tratando do assunto. Mas, daí inferir, a não ser que estejamos realmente enganados, que o dom da profecia esteja encarnado no nobre representante da Guanabara, de que vem, já na próxima semana, o projeto de fusão, vai uma grande distância.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Quanto ao detalhe da chegada na próxima semana ou nesta, não tenho as informações necessárias para dizer alguma coisa a respeito.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Nem V. Ex^a nem ninguém.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Só posso dizer que, realmente, a mensagem virá. Valendo-me de uma frase do próprio Presidente da República — que não é homem para dar um passo à frente para depois dar outro atrás —, frase que apenas coadjuva, o fato é que a irreversibilidade da fusão é clara e insofismável. Na semana que vem, diz V. Ex^a; capaz, muito capaz, de o Presidente, Senador Paulo Torres, receber hoje à tarde ou amanhã.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Perdão, nobre Senador, estamos afirmando justamente que não se pode deduzir das nossas afirmativas, das nossas declarações, que seja na semana que vem, o envio da mensagem em tela.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Perfeito! Se V. Ex^a atentar bem para o que eu disse verá que eu me situava, na resposta à intervenção com que V. Ex^a me honrou, no sentido de que não posso dizer quando e talvez V. Ex^a também não o possa.

O fato é que o Congresso não será surpreendido, porque a fusão já está sendo debatida, em prosa e verso, pelos jornais, pelas emissoras de rádio e de televisão, e aqui, com a posição tomada pelo glorioso Partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro, que já se coloca, digamos assim, numa posição — faço questão de precisar bem as palavras — de certo modo antagônica. Quem sabe, então, que o próprio MDB, consoante as palavras do seu eminente Líder, Senador Amaral Peixoto, conhecendo os estudos não venha a ser um dos pregoeiros e, também, um dos votantes favoráveis a essa reunião dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara?

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Com muita honra para mim.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Inicialmente, queria dizer ao nobre Senador Virgílio Távora que o estilo é o homem. Se S. Ex^a não fosse, nesta Casa, um observador ou um orador baseado apenas em fatos e não em conjecturas eu não teria dito que S. Ex^a esperava o projeto para depois fazer as suas considerações. Qualquer de nós, acusados de mais aligeirados nos pronunciamentos, poderia cometer esse pecado.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Perdão, não nos faça a injúria de pensar isso de V. Ex^a.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Mas não o Senador Virgílio Távora que é um homem rigoroso, que examina os fatos, e estes só podem ser examinados depois que acontecem. S. Ex^a examina, por isso eu estava interpretando a sua afirmação como sendo a notícia de que já na próxima semana, conhecendo os termos do projeto, S. Ex^a iria fazer a sua defesa. Mas, S. Ex^a nos tranquiliza, dizendo que fará a defesa mesmo sem conhecer os termos do projeto; apenas discutirá as conveniências ou inconveniências da idéia do projeto, da idéia em geral.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Permite V. Ex^a, um contra-aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Concedo o contra-aparte a V. Ex^a.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Estamos afirmando e vamos agora reafirmar que, devido à nossa formação — e V. Ex^a há pouco, aqui, reafirmou este nosso proceder — fazemos, a tratarmos de um tema, sempre um exame de situação, isto é, no caso estamos-nos inteirando dos dados básicos que informam o problema da forma pela qual ele está sendo encarado pelo Governo. Citamos até, há pouco, a idéia geral de manobra, o dispositivo, a conduta do combate, etc.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Muito bem. V. Ex^a fala uma linguagem militar, que todos nós, hoje, já compreendemos.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — E que V. Ex^a compreende muito bem, não temos a menor dúvida.

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — Todos nós já estamos acostumados a entender. Mas quero responder ao nobre orador, Senador Vasconcelos Torres. Em 1960, foi apresentado um projeto de emenda constitucional que propunha a anexação do Estado da Guanabara ao do Rio de Janeiro, iniciativa, se não me falha a memória, do Deputado Bocaiuva Cunha. Nessa oportunidade, manifestei-me contra a fusão pelos seguintes motivos: primeiro, porque achava que se tratava de um Estado, a Guanabara, que ainda não era um Estado. Era justo que se nomeasse um interventor porque, naquele tempo, existia apenas uma Câmara de Vereadores. Esta Câmara de Vereadores não poderia opinar porque, pela Constituição de 1946, primeiro se manifestariam as Assembléias Legislativas, depois haveria plebiscito e, afinal, deliberação pelo Congresso Nacional. Naquele tempo não havia uma Assembléia Legislativa no Estado da Guanabara.

bara; existia apenas uma Câmara de Vereadores, que não poderia representar o mesmo papel da Assembléia Legislativa. Por isso eu me manifestava, naquele momento, contra a fusão, principalmente porque me manifestava contra o plebiscito, que se queria fazer, pelo voto da Câmara de Vereadores, quando era preciso que esse voto fosse pela Assembléia Legislativa. É quanto eu me recordo. Fique, porém S. Ex^a certo de que naquele momento — embora passados muitos anos, desde 1960, são 14 anos e todos nós podemos ter equívoco de memória, mas isto é fácil de verificar — a minha posição foi a mesma de hoje. Apenas achava que, naquele momento, não existiam dois Estados. E não existindo dois Estados não se podia cumprir o primeiro dispositivo constitucional, que era a opinião das Assembléias Legislativas. Mas nunca me manifestei, quanto me lembro, favorável à fusão dos dois Estados, principalmente dessa forma em que eles não têm a possibilidade de se manifestar através das suas Assembléias Legislativas, como seria normal.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Senador Nelson Carneiro, quanto a sua posição, relativamente à emenda do Deputado Bocaiuva Cunha, nada tenho a dizer. V. Ex^a, o debatedor brilhante, encontra um atalho salvador para, talvez, confundir aquele que tem uma memória de gravador, e se não tivesse iria buscar — V. Ex^a que faz aqui um Lux Jornal paralelo, lendo recortes — os jornais da época e, quem sabe, as fitas magnéticas gravadas, inclusive pelo Jornalista Rubens Amaral. Então quero dizer, aqui — perdoem-me a linguagem não muito parlamentar mas muito do meu feito de homem do povo — num refresco de memória, que me estou referindo ao movimento coordenado pelo Deputado Carlos Frederico Verneck de Lacerda, de bancada em bancada, e que resultou na criação de uma comissão especial da qual eu, figura apagada naquela época, e continua apagada agora, fui o presidente.

Se quisermos fazer a história dos pródromos da fusão, nos arquivos da Câmara dos Deputados, veremos que reuniões foram feitas, até que — vou repetir, mas não gosto de ser redundante — o Deputado San Thiago Dantas vislumbrou uma saída e se criou, então, o Estado da Guanabara. E o Sr. Carlos Lacerda, que não deixava nada para ninguém, que estava numa maré alta de prestígio, não permitiu que o outro colocasse a coroa na cabeça, ele mesmo a colocou à fusão acabou, até que nada mais se falou, a não ser pronunciamentos deste ou daquele parlamentar. Neste passo, desejo relembra a coerência da minha posição, desde aquela época. Também o Serviço de Rádiodifusão guarda os pronunciamentos de Senadores e Deputados e pode mostrar que fui, invariavelmente, favorável àquilo que para mim, Sr. Presidente, já existe. A fusão só falta ser de direito, porque de fato funciona.

Estou falando de improviso, mas estou reunindo uma soma de dados apreciáveis para debater aqui com os Senadores Virgílio Távora e Nelson Carneiro, como também com o meu eminente coestadano Senador Amaral Peixoto, que divide comigo a representação do Estado do Rio, os elementos que comprovam que em relação à fusão nada existe contra, a não ser — e me perdoem aqui a sinceridade — o interesse político. Quem está impedindo a fusão — me perdoem, não quero atingir quem quer que seja — é a política, quer no Estado do Rio, quer no Estado da Guanabara; de alguns políticos, que o povo só será beneficiado, e altamente beneficiado, com a medida que se concretizará.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Com muita honra.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — V. Ex^a convocou-me, por duas vezes, a este debate, citando o meu nome e dando a minha opinião. O que V. Ex^a poderá encontrar de declaração minha é o seguinte:

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Não citei V. Ex^a; citei o Senador Nelson Carneiro. A posição de V. Ex^a é realmente diferente da do Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — Mas ultimamente tenho declarado o seguinte: . . .

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Sim, ultimamente V. Ex^a se colocou nessa posição.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — Sinto que há determinação de fazer a fusão. Sei, por experiência própria, que é impossível contrapor-se a essa corrente avassaladora, que parte da vontade do Senhor Presidente da República, e vencê-la. Então, o que desejo, como fluminense, é que, já que a fusão vai ser feita, o seja do melhor modo possível, para não prejudicar muito o nosso Estado, que V. Ex^a e eu representamos, porque ele o será, certamente, a curto prazo. Pode ser que, a longo prazo, receba algum benefício, mas, a curto prazo, ele será prejudicado. Queria lembrar a V. Ex^a uma pergunta do eminente Professor Eugênio Gudín, que não considero um desses tecnocratas improvisado. Não. É um grande e eminente economista.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — E reacionário.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — Muito ortodoxo, tenho divergido dele muitas vezes, reconheço que tem atitudes muito firmes e não acompanha, talvez, a evolução dos fatos, mas é um homem, realmente, de grande valor. Ele pergunta o seguinte: "Fusão? Como? Porquê? E para quê?". Ninguém, até hoje, respondeu a essas perguntas.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Sou ninguém para responder a uma pergunta desse teor, mas diria, numa frase cheia de sinceridade: para o bem da coletividade de uma área comum, que não tem limites geográficos, com a mesma formação histórica, que, inclusive, vai reaver, do ponto-de-vista administrativo, uma área separada quando da constituição do Município Neutro e do Distrito Federal. Sempre faço questão de dizer, se hoje sou um político, não sou um bom político, pois conheço as minhas limitações, é porque aprendi como V. Ex^a, na escola do interesse público, de que V. Ex^a foi catedrático, recrutando moços na Faculdade de Direito, entre eles o saudoso Governador Roberto Silveira e eu. Aprendi com V. Ex^a e por isso posso debater aqui, num campo de sinceridade, em que a posição ocasionalmente contrária não separa e jamais tirará o respeito, o afeto, e até vou dizer, Sr. Presidente, mais uma vez: a gratidão. V. Ex^a encaminhou-me na política e continua sendo meu mestre; então, respondendo, não a V. Ex^a, mas ao Sr. Eugênio Gudín: a fusão será feita para o interesse das duas áreas, já reunidas, e também para o Brasil.

Senador Amaral Peixoto, recentemente, deu uma entrevista — que aliás foi mal interpretada — em que salientava a posição hegemônica do Estado de São Paulo, em relação às mais unidades da Federação: a locomotiva de que se fala por esses Brasis afora. Estou pretendendo que existam duas locomotivas, ou três locomotivas, ou quatro locomotivas, e não disparidade que atualmente existe na área administrativa, que faz com que um Estado rico como o Estado do Rio de Janeiro permaneça na situação de todos conhecida. Ontem, o Senador Nelson Carneiro citou a Guanabara segunda colocada nisso, segunda colocada naquilo, mas eu poderia dizer a V. Ex^a que o nosso Estado é, também, o segundo e o primeiro em algumas áreas econômicas. Por exemplo: na produção siderúrgica, é o primeiro; na indústria naval, o primeiro; e o seu Produto Interno Bruto cresceu mais 4% do que o da Guanabara, no ano passado. Esta circunstância, todavia, não vem ao caso. A posição de V. Ex^a é válida e, inclusive, elogiável a serenidade com que está debatendo o assunto.

O eminente, prezadíssimo Senador Nelson Carneiro é uma figura que todo o Brasil quer bem, hoje, e inclusive no Estado do Rio já tem o seu eleitorado garantido. Se há um Senador que, em termos

eleitorais, vai passear tranquilamente pelos colégios eleitorais quer da baixada, quer do sul, quer do norte, é o Senador Nelson Carneiro. S. Ex.^a é a figura requisitada para fazer conferências nas nossas Faculdades; é o homem a quem, com essa bandeira do divórcio, todas as mulheres querem bem no Estado do Rio de Janeiro até eu, elemento da ARENA, fico um pouco apavorado, porque S. Ex.^a já entra com a situação feita: já está com a cama e a mesa prontas para se re-eleger Senador, pelo novo Estado do Rio de Janeiro; o que não acontecerá, talvez, comigo, Sr. Presidente, que tenho limitação no meu Estado e o Senador Nelson Carneiro também que se cuida, por que no meu processo de atuação política, depois de realizada a fusão, estarei lá, junto com S. Ex.^a, discutindo os mesmos problemas em trincheira política, mas fazendo com que a Aliança Renovadora Nacional tenha, pelo menos, uma "colher de chá", na Guanabara, o que não tem tido nestes últimos anos.

Sr. Presidente, eu já me alonguei e o reconheço, quando vejo aquele sinal vermelho, é o DETRAN que me acompanha; agora, não há mais a campainha, e, para quem entende bem o sinal vermelho, tem que encerrar.

O Ministro Reis Velloso, ontem, parece que nessa coincidência de interpretações respondeu exatamente ao Professor Eugênio Gudin, em termos brilhantes o que, apagadamente, o fizera ao Senador Nelson Carneiro. Não vou ler toda essa entrevista, em que S. Ex.^a fala que a fusão implantará pólo mais forte, mas peço a V. Ex.^a a extrema generosidade de mandar publicá-la, como parte da minha fala. E Estarei aqui, na trincheira, para debater a fusão, vamos examiná-la sob todos os ângulos possíveis, e farei, até nas raíais do impossível, um esforço grande, para que os meus colegas adversários da tese venham a perfilhá-la.

Era o que eu queria dizer sobre assunto que comporta vários ângulos de exame, e o nosso prezado Líder Virgílio Távora já anunciou que está recebendo as informações, está também com serviço de contra-informações, sabe o que está acontecendo, tem um radar fabuloso, e caberá a ele, mais do que a mim, uma posição, porque aí será a voz do Partido, mas quanto amim, há longos anos, sou favorável, inteiramente favorável — não gosto da palavra fusão — à reunião dos dois Estados, do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Muito feliz, estou ao encerrar estas palavras, se uma reivindicação nossa, fluminense, é atendida de pronto. O nosso Estado não perderá o nome, será o Estado do Rio de Janeiro, o novo Estado do Rio de Janeiro, grande, com novo pólo de desenvolvimento econômico, para maior grandeza da nossa Pátria.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES, EM SEU DISCURSO:

"REIS VELOSO: FUSÃO

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Secretário do Planejamento, Ministro João Paulo dos Reis Velloso, declarou ontem, em resposta à série de artigos do Professor Eugênio Gudin, publicados em O GLOBO sob o título "A Guanabara não é um burgo pobre", que "a integração — ou fusão — da Guanabara e Estado do Rio objetiva exatamente implantar um pólo mais forte e de maior dinamismo econômico do que se os dois Estados permanecessem separados".

— Criar-se-á um núcleo industrial poderoso, para expandir-se naturalmente ao longo do Vale do Paraíba, apoiado numa infraestrutura econômica que deve transcender a fronteira do atual Estado da Guanabara. E complementada por uma agricultura modernizada na área do Estado do Rio — no Vale do São João, por exemplo —, exatamente para corrigir a distorção existente de estar-se a Guanabara abastecendo através de São Paulo — afirmou o Ministro Reis Velloso.

O todo e as partes

Foi a seguinte a declaração do Ministro Reis Velloso a O GLOBO:

— O nosso querido Professor Gudin, que só perde a sua extraordinária lucidez quando se apaixona, estranhou uma referência nossa, no sentido de que a fusão criará um novo Estado capaz de crescer mais rapidamente do que os atuais estados da Guanabara e Rio de Janeiro. "... a proposição é uma heresia em que se diz simplesmente que o total é maior do que a soma das parcelas".

"Ora, como sabe o mestre, em Economia, frequentemente, o todo é mais do que a soma das partes. Uma siderurgia integrada de 1 milhão de toneladas não é a mesma coisa que quatro siderurgias de 250 mil toneladas cada uma. Da mesma forma, a integração econômica de duas áreas visa a criar uma nova unidade com maior potencial de desenvolvimento. Aliás, se não fosse assim, para que integrar? Para fazer o mesmo que as regiões componentes já podiam fazer antes?

"Outro ponto que o Professor Gudin parece não estar vendo claramente é que não se pretende, no primeiro ano, reduzir de 100 por cento para 80 por cento o ICM da Guanabara. Segundo se cogita, no primeiro ano a Guanabara manteria integralmente o valor do ICM, porque os 20 por cento municipais já lhe estão assegurados pela sua passagem à condição de Município (a rigor, sob base diferente, mas sem perder nada), e os 80 por cento estaduais lhe seriam garantidos legalmente, dentro de um esquema de redução progressiva da vinculação.

"Além disso, a possível perda percentual (e não em valor) do ICM estadual será compensada pelo amplo apoio financeiro federal, principalmente nos programas ligados à Região Metropolitana do Grande Rio, hoje inviabilizada pela sua localização em dois Estados".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Município de Itaperuna, que já foi um dos maiores do Estado do Rio, compreendendo todo o Norte do Estado, desde o Espírito Santo até Minas Gerais, comemorou há pouco o aniversário da sua emancipação política. E o fez de um modo muito significativo, dando uma demonstração do seu trabalho, das suas atividades, sobretudo no setor rural.

O município, no passado, foi o maior produtor de café do Brasil. Chegou a produzir 350 mil sacas. Não havia, nem mesmo em São Paulo, qualquer outro que o ultrapassasse. Depois, foi desmembrado e eu mesmo, como interventor, criei o Município de Bom Jesus, no vale do Itabapoana, junto ao Espírito Santo. E, mais tarde, a Constituição do Estado criou mais dois municípios: o de Natividade e o de Porciúncula.

A demonstração que fizeram foi bem importante. Por ela vimos como aquela região cafeeira soube transformar-se rapidamente, fazendo a erradicação de todos os seus cafezais. Mas há grandes queixas contra o IBC, que não pagou o que era devido. O município transformou-se no começo em produtor de arroz, mais tarde de algodão e, hoje, é um grande centro pecuário da terra fluminense, tendo a sua cooperativa uma produção diária de 130 mil litros de leite, atualmente.

É sempre proveitoso para nós, representantes do povo, ir ao interior e lá conviver com os homens da localidade, com os fazendeiros, com os prefeitos, com os vereadores, com os produtores, com os pequenos comerciantes, sentindo o que precisam. Trago, assim, algumas reivindicações que me foram presentes.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Com muita honra.

O SR. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — O Município de Itaperuna, no Norte fluminense, deve muito a V. Ex^a: as suas estradas, as escolas. É um depoimento que, a bem da verdade e da honestidade política, tem que ser dado: V. Ex^a jamais, à testa do Executivo, descuidou daquela área que hoje se está constituindo num problema, dado o êxodo rural que, infelizmente, se vem acentuando em toda a região. Quero solidarizar-me com V. Ex^a porque, onde V. Ex^a esteve, no dia 10 de maio, eu também estive e esse elogio que V. Ex^a faz à Cooperativa é muito merecido, pois é uma das melhores do Brasil, contando com esse espírito de solidariedade de todos os pecuaristas e agricultores de Itaperuna. Coube a V. Ex^a, por exemplo, implantar as bases para que fossem construídos silos em Itaperuna. Depois, o Governador Roberto Silveira procurou pô-los em funcionamento, mas, hoje, V. Ex^a sabe que, tristemente, esses depósitos se estão enferrujando. Numa área de produção rizícola acentuada bem poderiam ser aproveitados, esses armazéns, que ali, graças à clarividência de V. Ex^a, foram construídos. Itaperuna, que é um orgulho do Estado do Rio, teve de V. Ex^a esse apoio, e agora com as palavras que o meu eminente companheiro de representação fluminense tece, sou sugestionado a interromper o seu discurso, para solidarizar-me com as referências feitas a uma terra em cujo futuro acredito e que nós três, Senadores, aqui, iremos, na medida da nossa alçada, ajudar a colocar na posição de destaque, que já teve no passado, e que pode perfeitamente recuperar, porque se foi o grande centro da cafeicultura, depois da rizicultura, da pecuária, pode ter novas fontes econômicas, para se agigantar não só dentro do próprio Estado do Rio, mas na área vizinha a Minas Gerais e ao próprio Espírito Santo.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Agradeço o aparte, Sr. Senador Vasconcelos Torres. V. Ex^a fala ligado pela grande amizade que nos une e pela atuação que juntos tivemos no passado. Mas tocou num ponto que é a razão principal de eu estar, neste momento, na tribuna, quando fala nas estradas que construí, sobretudo a que liga Itaperuna a Campos — capital econômica e cultural do Norte fluminense.

Foi construída por mim, iniciei o seu asfaltamento, terminado por um dos meus sucessores, o saudoso Governador Roberto Silveira, e conservada em excelentes condições quando V. Ex^a dirigiu o Estado do Rio de Janeiro.

O percurso que fiz, mais de uma vez, em menos de quarenta minutos, agora efetuei em uma hora e meia, quando fui encontrar-me com V. Ex^a, em Campos, para as homenagens a José do Patrocínio, porque a estrada foi totalmente abandonada e, mais do que isso, levantaram o asfalto para alargar a estrada, para renovar o capeamento, não pagaram, segundo se propala na região, aos empreiteiros, e eles tiraram as máquinas. Ali passei no mês de dezembro. E encontro a estrada, agora, no mesmo estado. É este o apelo que os homens que trabalham em Itaperuna, — os criadores, os fazendeiros, os comerciantes — me pedem para, desta Tribuna, fazer ao Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há mais oradores inscritos.

Esta Presidência convoca sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 166, de 1974 (nº 215/74, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Diplomata Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador junto à Federação da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Daomei.

- 2 -

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 178, de 1974 (nº 235/74, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Doutor João Leitão de Abreu para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Rafael de Barros Monteiro Filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

Outros pontos foram tocados, relativamente a Itaperuna, e eu quero aproveitar a oportunidade para focalizá-los. Um deles, que não se relaciona apenas com Itaperuna, mas que interessa a todo o Brasil, é o problema dos vereadores. No início desta sessão, o nosso eminente colega Senador Nelson Carneiro falou sobre o assunto. Mostrou a dificuldade que têm os partidos políticos de encontrar quem queira candidatar-se à Câmara Municipal, porque o vereador é obrigado a se deslocar para a sede, a pagar a condução e, muitas vezes, a pagar a alimentação e até o pernoite. No entanto, somente os municípios de mais de 200.000 habitantes têm direito de remunerar os representantes do seu povo. Assim, somente os homens de dinheiro, os homens de recursos podem dar-se ao luxo de ser vereadores. Dizem que o Governo da República está cogitando do assunto e eu faria, daqui, um apelo ao Líder da ARENA, sempre tão solícito às nossas reivindicações, o eminente Senador Virgílio Távora, porque S. Ex^a deve estar sentindo o mesmo problema no seu Estado, no Ceará, para que mostre ao Senhor Presidente da República a necessidade de uma providência. A modificação da Constituição, através de emenda, ou de outro modo, para permitir que os cofres municipais paguem pelo menos as despesas de viagem aos Vereadores que comparecerem às sessões.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex^a da licença para um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Com muita honra.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Acolhemos com prazer o prego do nobre Líder da Oposição e diremos a S. Ex^a que, por coincidência, somos daqueles representantes, nesta Casa, que mais se batem, junto às altas autoridades do País, no setor Executivo, para que uma solução seja dada a este problema, que, no momento, está posto em bases irreais. Dizia pessoa que nos era muito cara, nosso genitor, que o trabalho mais caro é o gratuito, aquele que não é remunerado. Da mesma maneira poderíamos acrescentar que é também o mais mal executado. A falta de remuneração de Vereadores, fixado apenas o critério do limite populacional para a exceção, faz com que o nível da Câmara desses representantes, nas diferentes comunas, máxime as interioranas, baixe inegavelmente de legislatura em legislatura.

Neste ponto estamos os dois, como em tantos outros, nobre Líder, de pleno acordo e prometemos a V. Ex^a novos esforços fazer, junto a quem de direito, para que seja sanada esta falha da nossa Constituição.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Muito obrigado. V. Ex^a prestará um serviço não ao seu Partido, não ao meu Partido, mas ao Brasil.

Enquanto mantinha diálogo com o Presidente Castello Branco, logo depois da Revolução e antes da dissolução dos partidos políticos, tive oportunidade de conversar com S. Ex^a e percebi que ele estava mal informado. S. Ex^a não compreendia que um Vereador, que estava na mesma cidade, tivesse despesas para comparecer à sessão. Mostrei-lhe, então, que na minha cidade, Petrópolis, o Vereador que representava o meu distrito gastava, àquela época, mais de Cr\$ 5,00 atuais, para poder ir, de ônibus, assistir a uma sessão. Maior,

ainda, era a despesa quando ele tinha que almoçar ou jantar e, às vezes, pernoitar na cidade, porque não havia ônibus de volta para São José do Rio Preto.

S. Ex^a, que era homem altamente inteligente, deixou-se impressionar com o argumento. Mas, logo depois, os fatos se precipitaram; S. Ex^a não teve mais diálogo com os políticos e o resultado aí está, nesta Constituição, que tomou medida tão drástica que vem comprometendo a representação municipal, das mais importantes para a vida política do País, pois são os homens que têm contato direto com o povo; os homens que atendem às reclamações imediatas do povo.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna é um ofício da Câmara Municipal de Araruama, em que os vereadores pedem que fale, chamando a atenção do Governo, sobre o projeto apresentado pelo Deputado Etelvino Lins, no sentido de que as despesas com transportes e alimentação dos eleitores, nos dias de pleito, sejam feitas pela Justiça Eleitoral.

O projeto, como está, é inconstitucional, porque causa despesas e nós não podemos apresentar projeto nesse sentido.

Mas, segundo é também noticiado — mais uma vez eu apelaria para o Líder da ARENA — o Governo pode enviar mensagem que tiraria o vício do projeto, corrigiria o seu aspecto inconstitucional, e nós poderíamos resolver este problema, que é uma das causas da corrupção nos dias de eleição. Porque somente quem dispõe de grandes recursos pode-se dar ao luxo de oferecer transporte fácil e alimento aos eleitores.

Essa mensagem, que me foi enviada pela Câmara Municipal de Araruama, merece também a minha atenção e espero que os eminentes membros do Senado pensem no assunto, que é do interesse do povo.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Com prazer, transmitiremos também esse apelo de V. Ex^a, fazendo-o nosso.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Rio de Janeiro) — Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, como vê, as viagens de um congressista ao interior, para contato com o povo, são sempre produtivas. Evito ocupar esta tribuna em casos pessoais, mas, quando se trata da coletividade, quando os homens do meu Estado apelam para mim, não posso deixar de fazê-lo.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (Santa Catarina) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há fatos que, apesar de seu caráter específico e repercussões limitadas a determinada área geográfica ou contingente da população, merecem, pela sua singularidade e expressão, um registro maior, que permita o seu conhecimento por toda a comunidade do País. Dessa espécie é aquele que julgo do meu dever focalizar hoje, desta alta tribuna.

Desejo referir-me ao funcionamento do sistema do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, como instrumento de amparo e recuperação das economias das classes média e pobre, atingidas duramente pelos catastróficos efeitos das enchentes ocorridas na região sul do meu Estado, em março último.

A Casa e o País têm viva lembrança dos acalorados debates que marcaram a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei encaminhado pelo Exm^o Sr. Presidente da República, o saudoso Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, criando o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço como meio equivalente do direito de estabilidade com indenização ao trabalhador despedido.

A par do aspecto da constitucionalidade da proposta, o seu mérito foi objeto da maior controvérsia. Muitas vezes autorizadas, não raro inspiradas em razões de boa-fé, contestaram o sistema, alegan-

do dano às classes assalariadas. Participei dos trabalhos da Comissão Mista que examinou o projeto e fui presente aos debates em plenário, colocando-me sempre, com a minha voz e com o meu voto, em favor da medida autenticamente revolucionária. Hoje, creio que não há maiores dúvidas quanto ao acerto da providência legislativa, que permitiu a criação de um fundo capaz de atender aos vultosos investimentos destinados à execução do Programa de Habitação, Saneamento Básico e obras de urbanização e destinado a garantir a manutenção do trabalhador na hipótese de dispensa.

Por outro lado, coube-me, também, relatar projeto que, alterando a sistemática do Fundo, no que toca à fixação das taxas de juros dos depósitos das contas dos trabalhadores, seus beneficiários, permitiu a redução dos ônus que recaem sobre os contratos de financiamento da casa própria.

Ultimamente, uma série de proposições legislativas, uma delas de autoria do nobre Sr. Deputado Arnaldo Prieto, atual titular da Pasta do Trabalho e Previdência Social, vêm pleiteando que a faculdade de opção pelo sistema do Fundo de Garantia seja, muito justamente, ampliada, numa prova incontestável da excelência do sistema. O Projeto Arnaldo Prieto hoje é lei.

Agora, Sr. Presidente, tenho a honra de assinalar que, obedecendo às suas altas finalidades, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço atendeu, de modo extraordinário, à população flagelada do meu Estado. O Coordenador do sistema, Dr. Edmo Lima de Marca, acaba de me comunicar que, cumpridas as exigências legais nas duas micro-regiões do sul de Santa Catarina, que alcançam 32 Municípios, 16.000 titulares do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço operaram saques em seus depósitos num valor aproximado de vinte milhões de cruzeiros, o que lhes permitiu recursos para a recuperação de seus bens móveis e imóveis, parcial ou totalmente destruídos pela calamidade. Outros pedidos da mesma natureza estão sendo objeto de estudo.

De igual modo, o Fundo tem atendido, em situações de emergência, os trabalhadores avulsos, cujos sindicatos têm obtido autorização para a realização de saques, desde que comprovada a insuficiência, durante período considerável, da remuneração de seus associados. É o que ocorreu com o Sindicato dos Arrumadores de Imbituba, porto carvoeiro de meu Estado.

Verifica-se, pois, que a par de suas finalidades precípua o sistema vem atendendo a casos especiais, como os que acabo de aludir. Vale, aqui, ressaltar ainda a presteza com que operou o sistema, atendendo em tempo e a hora àqueles que foram prejudicados pelas enchentes e às graves necessidades da coletividade trabalhadora atingida pela crise.

Fica, deste modo, mais uma vez comprovado o acerto da providência, em boa hora adotado pelo Governo. E mais, o Fundo de Garantia ganha, do ponto de vista social, dimensão excepcional na gestão do eminente Ministro Maurício Rangel Reis.

O registro que faço vale, também, como um agradecimento ao governo do Exm^o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, pela maneira firme e decidida como tem agido na adoção das providências indispensáveis à recuperação e reerguimento do sul de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA (Acre) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na sessão da última segunda-feira, ao analisar reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, registrei nesta Casa uma palavra de advertência e desalento em nome do meu Estado do Acre, especialmente no tocante ao iminente aproveitamento dos seringais em atividades estranhas à tradicional e básica extração do látex ainda fundamental para a sobrevivência e o progresso daquela unidade da Federação.

Logo em seguida, recebi carta do Vereador João Gomes Bezerra, do Município de Xapuri, que reforçou — em termos dramáticos e reais — a verdadeira situação vivida pelos seringueiros da região, forçados a buscar em outro país as condições que lhes são negadas no Brasil para o exercício de sua atividade extrativa.

Não pretendo polemizar sobre a necessidade, a justiça ou não de se explorar borracha pelos sistemas tradicionais — nem pretendo levantar teses sobre a racionalização da heveicultura, posto que isso é assunto muito mais amplo, com graves projeções sobre o futuro da própria Nação. Não aceito, entretanto, que somente os que vivem da borracha sofram vexames por não se adaptarem aos modernos sistemas produtores — enquanto fortunas são investidas na racionalização de setores como a cafeicultura e outros.

Muito já se falou — e pouco se vem fazendo em benefício dos seringalistas e dos seringueiros do meu Estado, em sua atual conjuntura. E as palavras simples e objetivas do vereador e agricultor João Gomes Bezerra, de Xapuri, que passo a ler neste momento, retratam com fidelidade a situação:

“XAPURI, COLÔNIA PORTO MANSO, MORADA SÃO FRANCISCO”

Senhor Adalberto Sena,

O objetivo da presente carta é comunicar que o nosso Acre continua na mesma situação já vista pelo Senhor: os paranaenses e os paulistas devorando as florestas com as derubadas. E os pobres seringueiros se refugiando no interior da Bolívia, pela inexistência de justiça ou punição por parte do Governo.

Esse desmatamento está acabando com os seringais e com a castanha, em troca de um capim que não tem a menor serventia.

Até uma área de terra dos colonos daqui do Município de Xapuri já foi vendida e seus moradores expulsos pelo policiamento que usou de excessiva autoridade.

O DER-ACRE pára de trabalhar nas rodovias e está fazendo açudes e cercas para os fazendeiros — e os administradores do Estado estão dormindo ou não se importam.

Não tenho ainda dados precisos da Capital ou de outros Municípios — mas de Xapuri transmiro notícias, porque estou sempre recebendo queixas como Vereador, além de assistir pessoalmente à má administração, a ponto do povo aqui dizer: “quando duas ou três pessoas estão reunidas, na cidade de Xapuri, estão criticando a má administração”.

(a) JOÃO GOMES BEZERRA

Vereador e Agricultor de Xapuri”.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a história está se repetindo — só que agora em termos de verdadeira tragédia para a nacionalidade brasileira, que afugenta cidadãos e os força a buscar outro País para desenvolverem a única atividade que conhecem trabalho que durante tantas décadas foi um dos mais poderosos fatores da economia nacional.

Não acredito que qualquer dos Senhores Senadores possa condenar os homens sofridos que, para sobreviver, foram buscar outra nacionalidade — principalmente se considerarmos que esses elementos foram os verdadeiros soldados da borracha ou são descendentes daqueles pioneiros, que conquistaram, consolidaram, confirmaram a presença do Brasil em terras hoje definitivamente integradas ao nosso território.

Quando o acreano, em sua linguagem simples, fala em “capim que não tem menor serventia”, retrata a perplexidade ante a invasão de seringais sem que o Governo lhe propicie qualquer vislumbre de novas atividades ou de progresso material ou social.

E os “paulistas e paranaenses” acusados de derrubar as florestas estão apenas se aproveitando daquela situação caótica, despertando — assim — o ressentimento por parte do povo humilde, incapaz de identificar as verdadeiras causas de sua tragédia e que, por isso, culpa os empresários acobertados pela omissão e pela aprovação tácita dos que deveriam resguardar os interesses populares.

O Congresso Nacional comemorou, recentemente, o centenário do nascimento de Plácido de Castro, consagrado como o Libertador do Acre.

E os discursos brilhantes pronunciados na ocasião ficara-nos a certeza de que a consciência nacional compreenda a importância da integração daquele Estado na economia brasileira. Mas, aos poucos, vemos que isso não ocorre — e o desalento se alterna com a revolta no coração do acreano ante a falta de cuidados e de atenção por parte das autoridades.

Não vou me alongar nesta ocasião, em que meu objetivo principal foi transmitir aos representantes dos Estados o sofrimento de largos setores do povo acreano.

Porque, no fundo da crise que atinge o Acre, está o problema do crédito e dos incentivos reais à economia, que abordarei dentro de alguns dias nesta tribuna, porque o Brasil precisa tomar conhecimento efetivo do atentado que se pratica contra homens que sempre responderam “PRESENTE” nos momentos em que patriotismo e sua colaboração foram pedidos para o bem comum. (Muito bem!)

ATA DA 74ª SESSÃO, EM 22 DE MAIO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto

— Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Itálio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Otávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do art. 279, do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1974, que dispõe sobre a liberação de verbas federais para as Prefeituras, desde que os novos Prefeitos comprovem haver adotado as providências para apuração de responsabilidade dos anteriores, considerado rejeitado em virtude de ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 166, de 1974 (nº 215/74, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Diplomata Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador junto à Federação da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Daomei.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 178, de 1974 (nº 235/74, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do nome do Doutor João Leitão de Abreu para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A matéria constante da Ordem do Dia, nos termos da alínea h do art. 405 do Regimento Interno, deve ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de ser respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 35 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1974-CN.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1974 (nº 1.734-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presi-

dente da República, que cria, na Justiça do Trabalho da 1ª Região, a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, no Estado do Espírito Santo, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 153 a 155, de 1974, das Comissões:

- de Serviço Público Civil,
- de Legislação Social, e
- de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1974 (nº 1.795-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria na Justiça do Trabalho da 2ª Região a Junta de Conciliação e Julgamento de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 159 a 161, de 1974, das Comissões:

- de Serviço Público Civil,
- de Legislação Social, e
- de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

ATA DA 71ª SESSÃO, REALIZADA EM 20-5-74 (Publicada no DCN — Seção II — de 21-5-74)

RETIFICAÇÃO

No Parecer nº 188, de 1974, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1974-DF, que autoriza o Governador do Distrito Federal a abrir à Secretaria de Saúde o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para o fim que especifica:

Na página 1.601, 2ª coluna,

Onde se lê:

PARECER Nº 188, DE 1974

Leia-se:

PARECER Nº 188, DE 1974

Da Comissão de Finanças

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições,

Nomeia o Senhor Senador Guido Fernando Mondin para exercer o cargo de Tesoureiro, nos impedimentos do titular, de acordo com o artigo 12, letra c, da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963.

Brasília, em 15 de maio de 1974. — **Cattete Pinheiro**, Presidente.

MESA

Presidente:
Paulo Torres (ARENA — RJ)

1º-Vice-Presidente:
Antônio Carlos (ARENA — SC)

2º-Vice-Presidente:
Adalberto Sena (MDB — AC)

1º-Secretário:
Ruy Santos (ARENA — BA)

2º-Secretário:
Augusto Franco (ARENA — SE)

3º-Secretário:
Milton Cabral (ARENA — PB)

4º-Secretário:
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

Suplentes de Secretários:
Luís de Barros (ARENA — RN)
José Augusto (ARENA — MG)
Antônio Fernandes (ARENA — BA)
Ruy Carneiro (MDB — PB)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

Vice-Líderes:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Danton Jobim (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves, Ramal 314; Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; e Haroldo Pereira Fernandes, Ramal 674.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares	ARENA	Suplentes
Anoônio Fernandes		Tarso Dutra
Vasconcelos Torres		João Cleofas
Paulo Guerra		Fernando Corrêa
Otávio Cesário		
Flávio Britto		
Mattos Leão		
Amaral Peixoto	MDB	Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	ARENA	Suplentes
José Guimard		Saldanha Derzi
Teotônio Vilela		Osires Teixeira
Dinarte Mariz		Lourival Baptista
Wilson Campos		
José Esteves		
Clodomir Milet		
Ruy Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	ARENA	Suplentes
José Lindoso		Eurico Rezende
José Sarney		Osires Teixeira
Carlos Lindenberg		João Calmon
Helvidio Nunes		Lenoir Vargas
Italívio Coelho		Vasconcelos Torres
Mattos Leão		Carvalho Pinto
Heitor Dias		
Gustavo Capanema		
Wilson Gonçalves		
José Augusto		
Daniel Krieger		
Accioly Filho		
Nelson Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro**Titulares****ARENA**Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Otávio Cesário
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto**Suplentes**Carlos Lindenberg
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Wilson Campos**MDB**

Ruy Carneiro

Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas

Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres**Titulares****ARENA**Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Arnon de Mello
Teotônio Vilela
Paulo Guerra
Renato Franco
Helvídio Nunes
Luiz Cavalcante**Suplentes**José Augusto
Benedito Ferreira
Flávio Britto
Leandro Maciel**MDB**

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon**Titulares****ARENA**Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Benedito Ferreira
Cattete Pinheiro
Jarbas Passarinho**Suplentes**Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney**MDB**

Benjamim Farah

Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora**Titulares****ARENA**Celso Ramos
Lourival Baptista
Saldanha Derzi
Benedito Ferreira
Alexandre Costa
Fausto Castelo Branco
Lenoir Vargas
Jessé Freire
João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Mattos Leão
Tarso Dutra**Suplentes**Cattete Pinheiro
Italvino Coelho
Daniel Krieger
Jarbas Passarinho
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Flávio Britto
Emival Caiado**MDB**Amaral Peixoto
Ruy Carneiro
Danton Jobim

Nelson Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias**Titulares****ARENA**Heitor Dias
Domício Gondim
Renato Franco
Guido Mondim
Osires Teixeira
Eurico Rezende**Suplentes**Wilson Campos
Accioly Filho
José Esteves**MDB**

Franco Montoro

Danton Jobim

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 624

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Nelson Carneiro**Titulares****ARENA**Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Jarbas Passarinho
Domício Gondim
Lenoir Vargas**Suplentes**Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard**MDB**

Nelson Carneiro

Danton Jobim

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg

Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares

ARENA

Carlos Lindenberg
José Lindoso
José Augusto
Cattete Pinheiro

Suplentes

Lourival Baptista
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares

ARENA

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Fernando Corrêa
Dinarte Mariz
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

Suplentes

Emival Caiado
Carlos Lindenberg
José Lindoso
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Virgílio Távora
Otávio Cesário

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Assistente: Cândido Hipertti — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares

ARENA

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Luís de Barros
Waldemar Alcântara

Suplentes

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Clodomir Milet

MDB

Benjamim Farah

Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: José Guimard

Titulares

ARENA

Waldemar Alcântara
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

Suplentes

Alexandre Costa
Celso Ramos
Jarbas Passarinho

MDB

Benjamim Farah

Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares

ARENA

Tarso Dutra
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Suplentes

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Benjamim Farah

Amaral Peixoto

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

ARENA

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Lenoir Vargas
Benedito Ferreira
José Esteves

Suplentes

Dinarte Mariz
Luís de Barros
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamim Farah

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Direção: LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 33 (janeiro a março de 1972)

SUMÁRIO

HOMENAGEM

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

- "Fontes do Direito em suas modalidades fundamentais"
Senador Franco Montoro
- "As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro"
Prof. Otto Gil
- "Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal"
Dr. Márcio Antônio Inacarato
- "Do pagamento por consignação nas obrigações em dinheiro"
Des. Domingos Sávio Brandão Lima
- "O adicional insalubridade-periculosidade e o Decreto-Lei 389"
Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
- "Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário"
Dra. Carmen Pinheiro de Carvalho
- "Moral, Direito, Profissão"
Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado.

PESQUISA

- "O Senado do Império e a Abolição"
Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

- "Consolidação das Leis do Trabalho"
Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 34 (abril a junho de 1972)

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

- "O papel do Parlamento no Estado Moderno"
Senador Cattete Pinheiro
- "A formação e o treinamento de professores e especialistas do ensino de 1º grau e a valorização do professor"
Deputado Aderbal Jurema
- "Direito à própria imagem"
Prof. Antônio Chaves
- "Prevenção do delito e tratamento dos delinquentes"
Prof. Armida Bergamini Miotto
- "O estado de necessidade"
Prof. Luiz Vicente Cernicchiaro
- "A imprensa, sua missão e liberdade"
Prof. Almir de Oliveira
- "A negociação coletiva no Brasil"
Prof. Hugo Gueiros Bernardes
- "Os princípios da legalidade e da anualidade dos tributos nas Constituições brasileiras"
Gutenberg Lima Rodrigues e Maria Ignez Brown Rodrigues
- "Aspectos de transplante inadequado à realidade brasileira na Constituição de 1891"
Sara Ramos de Figueiredo

PESQUISA

- "As novas leis da Previdência Social Rural e a legislação precedente"
Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

DOCUMENTAÇÃO

"Voto Distrital"

PUBLICAÇÕES

Obras Editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 35 (julho a setembro de 1972)

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

- "Anteprojeto do Código Civil"
Prof. Miguel Reale
- "Questões prévias em ações acidentárias"
Dr. Paulo Guimarães de Almeida
- "Em torno do empréstimo compulsório"
Dr. José Francisco Paes Landim
- "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: finalidades sociais e econômicas"
Dr. Edmo Lima de Marca
- "Um estudo sobre o domínio das terras do Planalto Central do Brasil"
Prof. José Dilermando Meireles
- "As Bolsas de Valores"
Prof. Márcio Antônio Inacarato
- "A teoria da imprevisão (rebus sic stantibus) não deve abalar a seriedade dos negócios"
Dr. Irenêo Joffily
- "A reforma do currículo do Direito: benefícios e malefícios"
Prof. Roberto Rosas
- "Natureza jurídica das contribuições sociais"
Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho

PROCESSO LEGISLATIVO

- "Comissões Parlamentares de Inquérito"
Jesse de Azevedo Barquero

PESQUISA

- "Aborto"
Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 36 (outubro a dezembro de 1972)

Número especial contendo conferências e teses apresentadas no VIII Congresso Interamericano de Filosofia, realizado em Brasília, de 30 de outubro a 4 de novembro de 1972.

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS - SENADO FEDERAL

ANEXO I - 11º ANDAR - 70.000 - PRAÇA DOS TRÊS PODERES.

BRASÍLIA - DF

ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

OS ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas (antiga Diretoria de Informação Legislativa), e impressa pelo Centro Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4º volume da obra, com indicação nas páginas.

7º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas. Preço: Cr\$ 8,00.

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF**

AS OBRAS EDITADAS PELA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (ANTIGA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA) DEVEM SER SOLICITADAS A ESSA SUBSECRETARIA (SENADO FEDERAL — ANEXO I — 11º ANDAR)

70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA-DF

“MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL”

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXO

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação de Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTÊ EXEMPLAR: Cr\$ 0,50